

RELATÓRIO E CONTAS

2010

TRANSTEJO

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO 3

2 GOVERNO DA SOCIEDADE 5

3 ACTIVIDADE 6

PROCURA 6

OFERTA 9

FROTA 10

ACTIVIDADES ACESSÓRIAS 11

4 SEGURANÇA E AMBIENTE 13

SEGURANÇA E AMBIENTE 13

SINISTRALIDADE 14

5 RECURSOS HUMANOS 16

6 INVESTIMENTO 18

7 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 20

FINANCIAMENTO 20

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA 22

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO 23

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 28

PERSPECTIVAS FUTURAS 28

NOTAS FINAIS 28

AGRADECIMENTOS 29

9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 30

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS EM 31.12.2010

1 INTRODUÇÃO

Embora afectado pela conjuntura económica desfavorável em 2010, o nível de actividade da empresa em termos do número de passageiros transportados manteve-se inalterável face aos anos antecedentes, situando-se no conjunto das carreiras ligeiramente acima dos 17,5 milhões de passageiros em ambos os exercícios.

Afigura-se, assim, estar contida a quebra da procura que caracterizou a actividade na última dezena de anos.

De igual modo se assinala uma melhoria no desempenho económico-financeiro da empresa, expresso num resultado líquido negativo de 12,5 milhões de euros, o que representa uma redução de cerca de 26,5% face a 2009.

Após a inauguração, ocorrida em 2009, da gare de embarque/desembarque de ferry-boats no Terminal do Cais do Sodré, e na sequência do contrato celebrado com o estaleiro da Navalria, foi recebido em Outubro o primeiro dos dois ferries contratados, tendo o segundo sido entregue já no 1º trimestre de 2011. Ficou assim concretizado um projecto de alcance relevante para a empresa, por permitir alargar e modernizar a oferta entre Cacilhas e Lisboa e substituir a muito antiga frota existente daquele tipo de embarcação.

Paralelamente, foram efectuadas obras relevantes no Terminal de Cacilhas de modo a reforçar a sua funcionalidade, reorganizando o espaço interior e facilitando o acesso a pessoas de mobilidade reduzida, medidas que visaram melhorar as condições de mobilidade e conforto dos passageiros.

Do ponto de vista da organização interna, continuaram a adoptar-se medidas de optimização da estrutura organizacional, concentrando em órgãos únicos de macroestrutura as diversas áreas funcionais das duas empresas, Transtejo e Soflusa, situação que ficou concluída em

31.12.2010, com a extinção do Gabinete de Manutenção da Soflusa, passando a responsabilidade da manutenção da frota para um único órgão.

Para além disso, foi criado em Janeiro de 2010 o Gabinete de Recursos Materiais, órgão cuja missão é a de assegurar a aquisição de bens e serviços para o Grupo, com base nas melhores práticas e no cumprimento das exigências decorrentes do Código dos Contratos Públicos.

Ainda neste plano, foi criada na empresa a actividade de Auditoria Interna, cujo objectivo último é o de avaliar e recomendar as melhores práticas para as áreas auditadas, contribuindo desse modo para um funcionamento mais eficiente da organização.

Realizou-se, pelo segundo ano consecutivo, o Encontro Anual de Trabalhadores do Grupo Transtejo, este ano subordinado ao tema "Transtejo – Novos Desafios". Tal como em 2009, o encontro, que foi largamente participado, teve lugar no Auditório Municipal Augusto Cabrita, no Barreiro.

No sentido de incentivar e sensibilizar os cidadãos dos efeitos negativos do transporte urbano, onde ainda se privilegia o transporte individual, a Transtejo colaborou com a iniciativa da Semana Europeia de Mobilidade – 2010, este ano sob o tema "Mobilidade Mais Inteligente – Uma Vida Melhor".

Em 2010, foi dada continuidade ao processo de implementação do Sistema de Gestão Ambiental, iniciado em 2009 com a publicação da Declaração da Política Ambiental do Grupo.

Pode, em suma, afirmar-se que não obstante as reconhecidas dificuldades com que, sobretudo no plano económico e financeiro a empresa se deparou, foi possível, sem prejudicar o esforço de optimização e de racionalização dos gastos, nem afectar a qualidade

do serviço público que presta, encontrar soluções que lhe permitiram alcançar os objectivos traçados.

2 GOVERNO DA SOCIEDADE

A informação relativa ao cumprimento da legislação sobre o Governo da Sociedade será prestada no Relatório Consolidado.

De acordo com o compromisso expresso no documento de Orientações Estratégicas 2009/2010, o objectivo assumido pela empresa foi o da Mobilidade Sustentável, assente em Princípios de Gestão Sustentável:

- Melhorar a eficiência do sector dos transportes;
- Assegurar níveis de qualidade do transporte público, particularmente quanto à comodidade e segurança;
- Melhorar a quota do transporte público;
- Aumentar a sustentabilidade do sistema de transportes;
- Reforçar o papel social do transporte público na sociedade;
- Promover e incentivar práticas de gestão e desempenho assentes em processos e competências profissionais adequados e em princípios de racionalidade económica.

A informação respeitante a esta matéria é tratada de forma exaustiva no Relatório de Sustentabilidade.

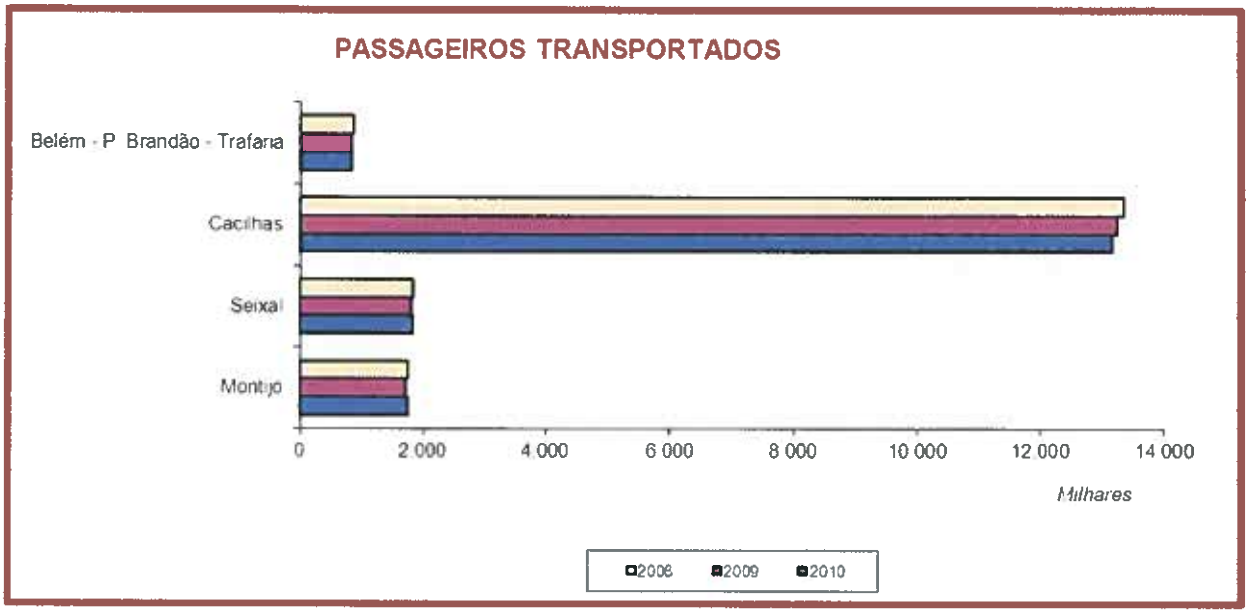
3 ACTIVIDADE

PROCURA

Como foi referido na nota introdutória, o número de passageiros transportados manteve-se, no seu conjunto, praticamente inalterável face ao ano transacto, tendo-se registado uma variação negativa de 0,17%.

LINHAS	10/09		2010		2009		2008	
	PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT
Montijo - Cais do Sodré	2,2%	12,9%	1.757.022	24.246.904	1.719.010	21.470.435	1.749.749	21.854.365
Seixal - Cais do Sodré	1,2%	-12,8%	1.822.598	15.856.603	1.800.303	18.183.060	1.817.587	18.357.629
Cais do Sodré - Cacilhas	-0,6%	4,6%	13.162.481	29.089.083	13.239.483	27.802.914	13.340.083	28.014.174
Belém - P. Brandão - Trafaria	-1,5%	-15,5%	819.183	2.639.283	831.599	3.122.630	864.099	3.185.663
TOTAL	-0,17%	1,78%	17.561.284	71.831.873	17.590.395	70.579.039	17.771.518	71.411.831

Deverá, ainda assinalar-se o comportamento diferenciado que se verifica nas diferentes carreiras, registando-se crescimentos da procura nas carreiras mais longas, Montijo e Seixal, e decréscimos nas carreiras da zona estreita, Cacilhas e Trafaria.

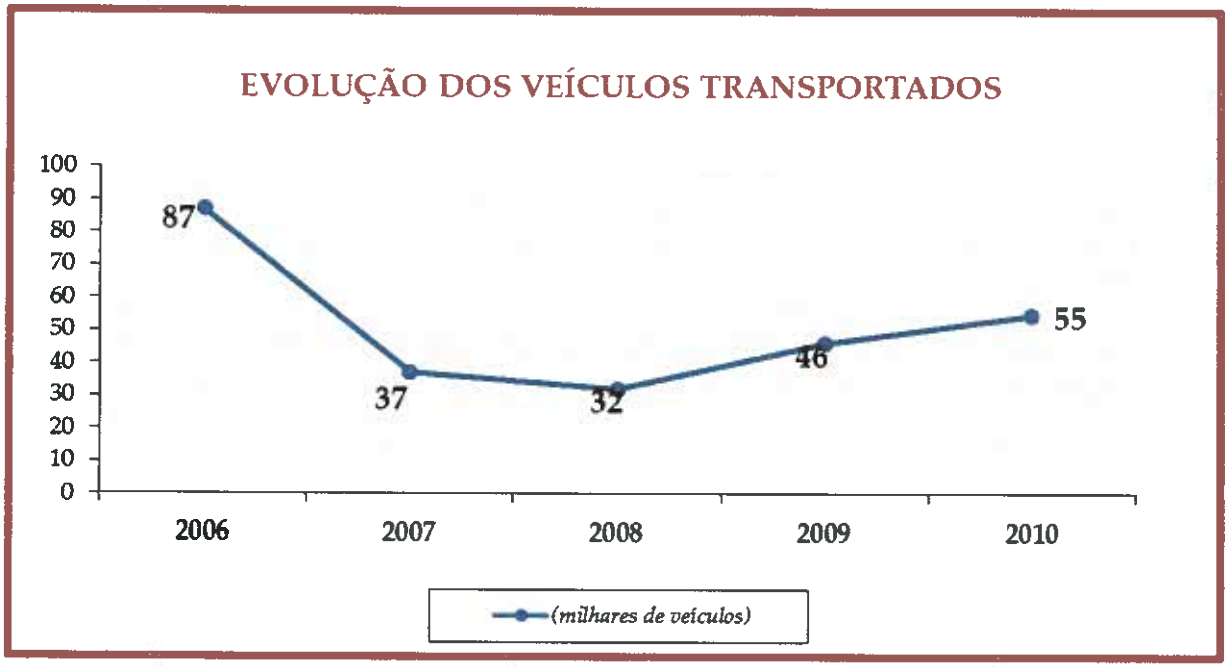


O gráfico anterior permite visualizar a importância da carreira de Cacilhas, na qual se concentram ¾ da procura global da empresa.

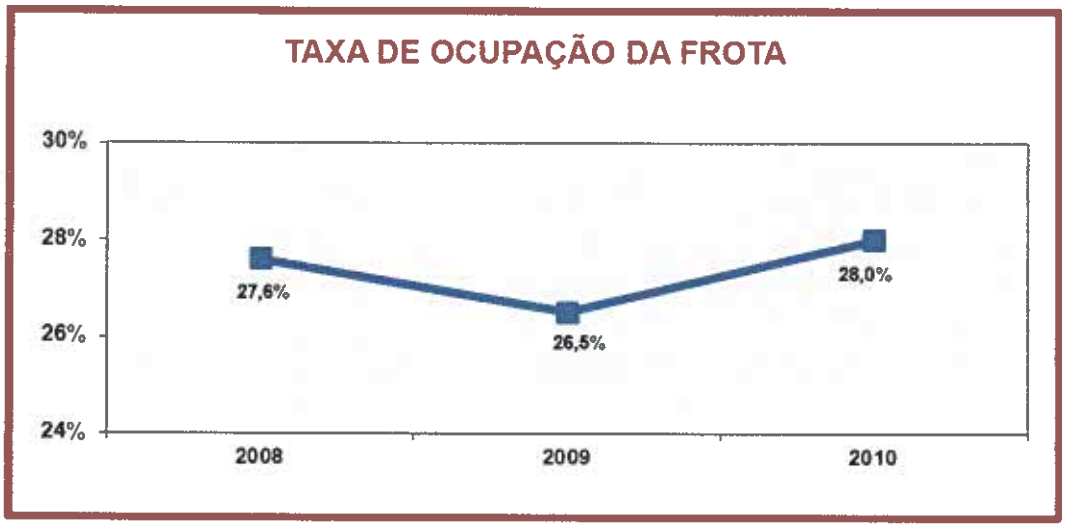
Relativamente ao conjunto das carreiras mais longas, o crescimento de cerca de 60 mil passageiros registado em 2010, afigura-se justificado, por um lado pela transferência do transporte individual, num quadro de aumento continuado do preço dos combustíveis, e por outro na facilitação das condições de estacionamento proporcionadas nos terminais da margem sul, Montijo e Seixal.

Deve igualmente ter-se em conta a importância crescente – feita com base numa abordagem de complementaridade do transporte fluvial com os restantes modos de transporte – do *interface* do Cais do Sodré com os modos ferroviário, rodoviário e metro.

O transporte de veículos por ferry-boat, regista pelo segundo ano consecutivo, um acentuado crescimento (cerca de 20%) do número de veículos transportados. É expectável, por isso, que com as melhorias das infraestruturas fixas (terminais) e flutuantes (novos ferries), o crescimento seja ainda mais acentuado em 2011 e anos seguintes.



Outro indicador cuja melhoria merece igualmente referência é o da taxa de ocupação da frota que se situou em 28% face aos 26,5% que se haviam registado em 2009.



Trata-se de uma taxa claramente influenciada pelo carácter pendular da procura e pelas característica da frota, dimensionada em termos de lotação para satisfazer a procura nas horas de ponta e, naturalmente, excedentária fora desses períodos.

ESTRUTURA DE UTILIZAÇÃO DE TÍTULOS DE TRANSPORTE	2010	2009	2008
Títulos Próprios	**21,3%**	**21,4%**	**20,5%**
Bilhetes	12,5%	13,5%	14,7%
Bilhetes - *Zapping*	2,6%	2,3%	0,2%
Pré-Comprados	-	-	1,8%
Passes	6,2%	5,6%	3,9%
Combinados	**28,1%**	**28,1%**	**28,1%**
Multimodais	**50,6%**	**50,5%**	**51,4%**

A estrutura da receita gerada pelos títulos de transporte utilizados na empresa não sofreu alterações relevantes. Merece apenas referência a ligeira alteração registada dentro dos títulos próprios da empresa, com a transferência de alguma procura dos bilhetes próprios para os passes Transtejo.

No ano de 2010 verificou-se um aumento no tarifário de 1,20%, aplicado com efeitos a partir 1 de Julho.

OFERTA

Pelo segundo ano consecutivo a empresa reduziu, como se pode constatar no quadro seguinte, o número de viagens, de horas de serviço e lugares-quilómetro oferecidos. Trata-se, uma vez mais, de num contexto de baixas taxas de ocupação e de carreiras deficitárias adoptar medidas de adequação da oferta à procura que, sem afectar a regularidade e a qualidade do serviço, contribuam para uma maior eficiência e economia de gastos.

INDICADORES DE OFERTA (*)	10/09	2010	2009	2008
Número de Viagens	-8,2%	111.619	121.621	124.586
Horas de Serviço	-4,8%	47.780	50.174	51.754
Lugares Km Oferecidos *(milhares)*	-4,9%	256.889	270.080	258.779

(*) Só carreiras de Serviço Público

Os esforços nesse sentido serão intensificados em 2011, integrados num quadro de medidas de contenção de custos impostas pela actual conjuntura económica e financeira.

FROTA

A frota da empresa a 31 de Dezembro de 2010 era constituída pelo conjunto de embarcações abaixo referidas, às quais de devem juntar três catamarãs propriedade da Soflusa, alugados em permanência e destinados ao serviço das carreiras do Montijo e Seixal.

CLASSES	Qt.	Lotação a bordo	Média Idade (anos)
Catamarãs	8	500 *passageiros*	14
Cacilheiros	7	480 *passageiros*	29
Alemã	4	280 *passageiros*	54
		280 *passageiros*	54
		297 *passageiros*	50
		279 *passageiros*	51
Ferries	2	380 *passageiros* + 10 *veículos*	53
		351 *passageiros* + 30 *veículos*	56
Navios Convencionais	2	1.000 *passageiros*	18
		1.000 *passageiros*	18
	23		

Este conjunto de navios não inclui as duas novas unidades, a primeira das quais recebida em Outubro de 2010, o ferry-boat "Lisbonense", ao qual se irá juntar durante o 1º trimestre de 2011 o segundo navio "gémeo", o "Almadense".

Estas duas embarcações, construídas em Portugal, nos estaleiros da Navalria, em Aveiro, têm capacidade para o transporte de 360 passageiros sentados e 29 veículos e entrarão em funcionamento em 2011. A sua capacidade de transporte de passageiros permitirá a sua integração no serviço proporcionado a partir de Cacilhas, libertando recursos para a previsível reabertura da ligação ao Terreiro do Paço.

Está ainda previsto para 2011 o abate / alienação de alguns navios das diversas classes, por serem considerados excedentários, ou porque, pela sua antiguidade e estado geral de conservação não justificam, do ponto de vista económico, mais intervenções de manutenção.

ACTIVIDADES ACESSÓRIAS

O conjunto de actividades comerciais desenvolvidas pela empresa em complementaridade com a sua actividade principal, consiste basicamente na exploração de publicidade, espaços comerciais e de estacionamento nos seus Terminais e no desenvolvimento da actividade de fretamento de embarcações e de turismo através da realização de "Cruzeiros no Tejo".

No seu conjunto estas actividades – cujo detalhe se apresenta no quadro seguinte – geraram rendimentos no montante de 1.039 mil euros, valor ligeiramente superior, +1,7% face ao registado em 2009.

€

ACTIVIDADES ACESSÓRIAS	10/09	2010	2009	2008
TERMINAIS				
Espaços Comerciais e Publicidade	-7,8%	368.871	400.009	354.451
Parque de Estacionamento	0,9%	82.903	82.135	83.087
Outros	-7,4%	51.897	56.052	79.902
TRÁFEGO				
Fretamento de Navios	-4,6%	191.023	200.300	90.502
Turismo	21,6%	344.345	283.272	294.013

A actividade dos "Cruzeiros no Tejo" registou uma notável melhoria relativamente a 2009. Com efeito, tendo efectuado o mesmo número de circuitos, quer o número de turistas, quer a receita arrecadada tiveram uma evolução positiva conforme se pode verificar no quadro seguinte. A este facto, não é alheia a diversificação da tipologia de bilhetes em função do local de embarque que a empresa adoptou em 2010.

CIRCUITOS TURÍSTICOS

2010			2009			2008		
Clientes	Receita	Circuitos	Clientes	Receita	Circuitos	Clientes	Receita	Circuitos
24.161	344.345 €	214	19.089	283.272 €	214	24.700	294.013 €	229

Esta situação é explicada, no essencial, por acordos estabelecidos com parceiros especializados, e por uma divulgação mais apelativa e alargada do serviço, junto das instituições nacionais e internacionais do sector.

4 SEGURANÇA E AMBIENTE

SEGURANÇA E AMBIENTE

As actividades de maior relevância desenvolvidas na área de Segurança e Ambiente foram:

- Participação na preparação da visita de Sua Santidade o Papa Bento XVI a Lisboa, nomeadamente, na planificação e fornecimento de apoio logístico para evacuação em caso de emergência por via fluvial;
- Participação na preparação da Cimeira da Nato, nomeadamente, na planificação e fornecimento de apoio logístico para evacuação em caso de emergência por via fluvial;
- Execução de simulacro de uma emergência grau 1 a bordo dum catamarã a meio do Tejo, com o envolvimento de meios de socorro e de segurança externos;
- Elaboração do dossier técnico para aquisição de novos fardamentos e Equipamentos de Protecção Individual (EPI's);
- Análise das causas e circunstâncias de todas as ocorrências registadas, nomeadamente, dos acidentes de trabalho e com passageiros e estudo e implementação de medidas para sua eliminação;
- Controlo de alcoolemia em situações de incidentes nas embarcações;
- Gestão do controlo sistemático de alcoolemia;
- Controlo e Manutenção do Material e Equipamentos de Segurança;
- Gestão do sistema de segurança activa;
- Gestão e manutenção do sistema de vídeo vigilância;
- Implementação da 2ª fase do Sistema de Contabilidade Energética das embarcações;
- Actualização do Plano de Emergência Interno para navios e terminais;

- Adição da componente ambiental ao Manual de Riscos da Função;
- Formação dos colaboradores nas áreas de ambiente, primeiros socorros, evacuação de emergência e combate a incêndios;
- Implementação do Sistema de Gestão Ambiental.

SINISTRALIDADE

O registo de ocorrências está resumido no seguinte quadro:

SINISTRALIDADE	10/09	2010	2009	2008
Emergências	100,0%	2	1	4
Acidentes de Trabalho	64,0%	41	25	30
Acidentes com Passageiros	-18,4%	31	38	29
Acidentes Criminais	121,7%	51	23	22
Outros	79,5%	70	39	41

Com excepção dos acidentes com passageiros, em 2010 relativamente a 2009, constatou-se um aumento de todas as restantes tipologias de ocorrências.

No que refere a "Emergências", ainda que se tenha registado um aumento relativamente a 2009, considera-se um valor baixo e de pouco significado, uma vez que não tiveram qualquer consequência.

O aumento de "Acidentes de Trabalho" está essencialmente relacionado com acidentes na movimentação de cargas, que se espera reduzir com acções de formação em postura e levantamento de cargas.

Os "Acidentes Criminais" resultam essencialmente do reforço das carreiras nocturnas e embora assim designados, são considerados de pequena criminalidade, que resultaram em danos materiais pouco significativos, nomeadamente a pintura de grafites e descargas de extintores.

A redução de acidentes com passageiros parece relacionada com a melhoria das condições atmosféricas verificadas em 2010.

O aumento verificado nas ocorrências classificadas de "Outros" está relacionado com situações e comportamentos externos ao Grupo, sendo os problemas de saúde dos passageiros o que mais contribuiu para o aumento registado.

5 RECURSOS HUMANOS

Em 2010, o efectivo médio situou-se nos 364 colaboradores o que traduz uma estabilização por comparação com o ano anterior.

No âmbito da gestão dos Recursos Humanos assistiu-se a uma melhoria do planeamento de efectivos o que permitiu a optimização dos processos de recrutamento e a redução do recurso aos contratos de trabalho a termo e temporário (dos 37 celebrados em 2009 passou-se para 11 celebrados em 2010).

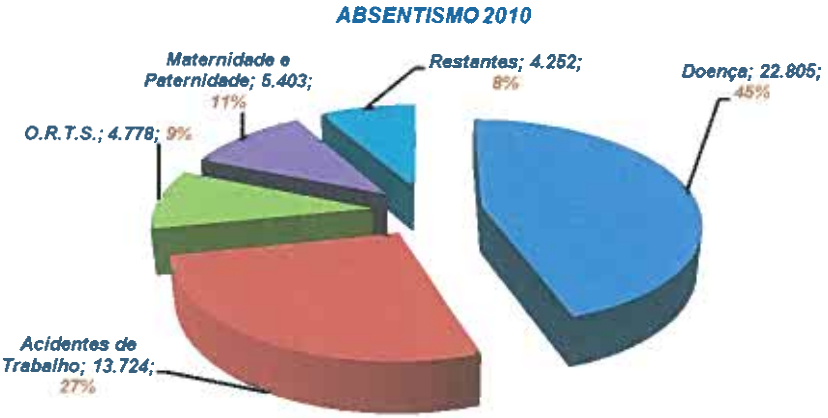
O desenvolvimento das capacidades e competências dos colaboradores continua a ser um dos eixos da estratégia da empresa, a concretizar através dos processos de recrutamento de novos trabalhadores e no desenvolvimento da formação contínua.

Neste âmbito há a assinalar a realização de um curso de Atendimento ao Cliente que envolveu todos os colaboradores da área comercial, num total de 1.134 horas. Merece ainda referencia a formação no âmbito da gestão ambiental, directamente relacionada com a implementação do SGA e que teve um total de 756 horas.

Com a aquisição das novas embarcações houve necessidade de ministrar formação de especialização naquela classe de navios, que envolveu 2.044 horas. No total da Empresa foram realizadas 5.539 horas de formação.

Em 2010 verificou-se um agravamento da taxa de absentismo de 8,2%, tendo este indicador sido de 7,8%. No que se refere aos motivos de ausência verifica-se um decréscimo significativo da doença e ao mesmo tempo um acréscimo, também significativo da sinistralidade laboral.

Indicadores de RH	10/09	2010	2009	2008
Taxa de Absentismo	8,2%	7,77%	7,18%	6,69%
Efectivo Médio	0,6%	364	362	375



Apesar de se continuar a registar um crescimento em termos de absentismo, na empresa, o ano de 2010 caracterizou-se pela optimização dos tempos de trabalho, tendo por tal diminuído o recurso ao trabalho extraordinário, quando comparado com 2009 (decréscimo na ordem dos 23%).

(milhares de €)

	10/09	2010	2009	2008
Custos com Pessoal	0,7%	9.546	9.478	9.389
Massa Salarial	1,8%	7.393	7.263	7.148
Massa Salarial *per capita*	1,2%	20	20	19

No que respeita à área da saúde no trabalho, há a referir a recuperação do atraso que se registava na realização dos exames periódicos, ao mesmo tempo que se procurou efectuar atempadamente os exames relativos ao próprio ano.

6 INVESTIMENTO

A despesa de investimento realizada no exercício desenvolveu-se nos seguintes projectos:

(milhares de €)

PROJECTOS DE INVESTIMENTO	DESPESA 2010
Aquisição de Navios *(Ferries)*	**2.889,4**
Aquisição de Navios *(Cacilheiros)*	**7,4**
Beneficiação de Terminais	**286,7**
Porto Brandão	*150,5*
Cacilhas	*136,2*
Investimentos Correntes	**90,4**
Informática e Sistemas de Informação	*61,5*
Equipamentos Administrativos	*10,8*
Outros Investimentos Correntes	*18,0*
TOTAL	**3.273,9**

Merece referência especial o investimento na aquisição de dois novos ferry-boats.

Embora no contrato assinado em Novembro de 2008 com a Navalria, a entrega das embarcações estivesse prevista para 2009 e 2010, devido a atrasos na construção, só em Outubro de 2010 e Março de 2011 os navios foram recepcionados.

Na origem desta decisão de investimento, pesaram os seguintes factores:

- a convicção de que, a entrada ao serviço destas embarcações suscitará um maior afluxo de veículos ao transporte fluvial, em consequência dos constantes constrangimentos na Ponte 25 de Abril;
- a possibilidade de optimizar a oferta de transporte de passageiros entre Cacilhas e o Cais do Sodré;
- a substituição das duas embarcações deste tipo, as mais antigas da frota, com mais de 50 anos de serviço cada uma delas;

- permitir o adiamento dos projectos de renovação progressiva da frota, dadas as dificuldades naturais de financiamento.

Este projecto, cujo valor global era aproximadamente de 14 milhões de euros, teve em termos de despesa de investimento e de comparticipação financeiras recebidas do PIDDAC a seguinte evolução:

(milhares de €)

DESPESA DE INVESTIMENTO (Projecto Ferry-boats)	2010	2009	2008
PIDDAC	1.100	3.978	3.238
Endividamento	1.789	273	1.022
TOTAL	**2.889**	**4.251**	**4.259**

Nota: Para este projecto prevê-se ainda em 2011 uma despesa de investimento no montante aproximado de 3,2€ não comparticipada pelo PIDDAC

Dos restantes investimentos concretizados no ano, destacam-se as beneficiações de remodelação no Terminal de Cacilhas e de cravação de estacas de fixação dos pontões no Porto Brandão, medidas que representam um reforço da qualidade e da segurança das condições de operação.

7 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

FINANCIAMENTO

Em 2010 continuaram a verificar-se os sinais das fragilidades da economia nacional, com a intensificação do clima de desconfiança dos mercados financeiros internacionais, com impacto nos níveis de *rating* dos Bancos nacionais e da própria República.

A falta de liquidez conduziu ao incremento das dificuldades de financiamento e das taxas de juro, prejudicando o desempenho económico-financeiro da empresa.

Acresce que o aumento do preço do petróleo, teve impacto directo na tesouraria de exploração da empresa, tendo o preço médio do litro de gasóleo utilizado na frota sofrido um aumento de 29,1% face a 2009.

O financiamento de médio/longo prazo, de 50M€, em condições extremamente favoráveis, que à data do encerramento das Contas do Exercício de 2009, a Transtejo havia conseguido negociar com um consórcio de bancos nacionais, acabou por não se concretizar devido à não obtenção do aval do Estado à operação.

Perdida esta oportunidade, a empresa foi forçada a recorrer a financiamentos intercalares de curto prazo, para a cobertura da parte não subsidiada do investimento e do défice estrutural de actividade, num quadro de estagnação, face a 2009, do valor das Indemnizações Compensatórias atribuídas.

ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO	2010	2009
	(milhares de €)	
Indemnizações Compensatórias	6.927	6.927
PIDDAC	1.600	5.088

Valores com IVA incluido

Neste contexto, o endividamento bancário voltou a sofrer novo agravamento, fruto não só dos factores atrás expressos como da necessidade de ocorrer ao apoio de tesouraria à participada Soflusa, cujas condições de acesso ao crédito são, de um modo geral, mais gravosas do que as da Transtejo.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DA SL	2010	2009
		(milhares de €)
Dívida da Soflusa à Transtejo	11.978	10.671

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO	2010	2009
		(milhares de €)
Médio e Longo Prazo	55.000	55.000
Curto Prazo	47.638	31.136

Persistindo a necessidade de consolidar a dívida – por se encontrarem praticamente esgotados os *plafonds* das linhas de curto prazo contratadas e face à indisponibilidade dos Bancos as reforçarem – a empresa voltou a efectuar no final do ano nova consulta ao mercado para um financiamento de médio/longo prazo de 60M€, estando a única proposta obtida – em condições incomparavelmente mais penalizadoras do que a obtida em 2009 – a aguardar a concessão de aval do Estado à operação, condição indispensável à sua concretização.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A empresa elaborou as suas contas individuais em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas nos termos do artº. 3º do Regulamento (CE) nº. 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, normativo que já vem aplicando nas suas contas consolidadas desde 2007. Na passagem de POC para este normativo, forma efectuados alguns ajustamentos de transição com reflexos nas Contas de 2009, os quais se encontram demonstrados no Anexo às Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	10/09	2010	2009*
			(milhares de €)
Activo	**2,7%**	**58.455**	**56.919**
Activos não Correntes	-0,7%	41.366	41.647
Activos Correntes	11,9%	17.090	15.272
Capital Próprio e Passivo	**2,7%**	**58.455**	**56.919**
Capital Proprio	13,6%	-109.074	-96.014
Passivos não Correntes	2,6%	110.581	107.830
Passivos Correntes	26,3%	56.949	45.103

** Reexpresso de acordo com o normativo IFRS*

O balanço em 31 de Dezembro de 2010 apresenta algumas variações significativas, das quais se destacam:

Nos Activos Correntes

- O acréscimo nos empréstimos concedidos, resultante do apoio de tesouraria à participada Soflusa;
- O acréscimo em Outras Contas a Receber, explicado por dívida da Navalria – já regularizado por encontro de contas efectuado em 2011 – decorrente de um débito por aplicação de penalidades.

No Capital Próprio e Passivo

- O Capital Próprio regista um aumento do seu valor negativo, resultante do resultado líquido do ano;
- No Passivo não Corrente, a rúbrica de Provisões regista o maior acréscimo, explicado pelo impacto do resultado negativo da participada Soflusa;
- O Passivo Corrente, regista um considerável crescimento, pelo aumento do endividamento, conforme referido anteriormente.

O exercício de 2010, agravou, uma vez mais a situação dos Capitais Próprios, cujo valor é próximo dos 110 M€ negativos. Esta situação, reveladora do desequilíbrio estrutural da exploração, impõe a necessidade de o Accionista adoptar medidas de saneamento financeiro que libertem a empresa dos condicionalismos impostos pelo artº 35º do Código das Sociedades Comerciais.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO

Assinala-se, nas três principais naturezas de resultados uma considerável melhoria, a qual decorre do efeito conjunto de uma redução de gastos com um aumento dos rendimentos.

(milhares de €)

	10/09	2010	2009*
Gastos Totais	-6,4%	31.865	34.056
Rendimentos Totais	13,6%	19.355	17.034

** Reexpresso de acordo com o normativo IFRS*

Em consequência, o Resultado Líquido negativo do Exercício situou-se em €12.509.259,55 inferior em 26,5% ao Resultado Líquido verificado em 2009, depois de considerados os ajustamentos de transição.

(milhares de €)

	10/09	2010		2009*	
Rendimentos Totais	**13,6%**	**19.355**	*100%*	**17.034**	*100%*
Prestação de Serviços	-1,0%	7.259	*38%*	7.331	*43%*
Subsidios à Exploração	0,2%	6.749	*35%*	6.733	*40%*
Outros Rendimentos e Ganhos	125,3%	4.946	*26%*	2.195	*13%*
Juros e Rendimentos Similares	-48,3%	401	*2%*	776	*5%*

** Reexpresso de acordo com o normativo IFRS*

Os rendimentos totais registaram um aumento significativo de 13,6%, explicado fundamentalmente por factores não directamente associados à actividade principal da empresa.

Com efeito, enquanto os rendimentos da prestação de serviços se mantiveram estáveis, com uma variação negativa inexpressiva, 1%, a rúbrica de Outros Rendimentos e Ganhos registou um crescimento de 125%. Essa situação, que resultou do reconhecimento como rendimento do ano, de dois débitos à Navalria, no montante global de 2,786M€, teve origem na aplicação de penalidades no contrato de construção de 2 ferries, por incumprimento dos prazos de entrega das embarcações.

Como já se referiu anteriormente, o montante atribuído de Indemnizações Compensatórias, manteve-se sem alterações face a 2009, sendo a ligeira variação registada, originada pelo efeito cruzado da redução suscitada pelo aumento da taxa do IVA de 5 para 6%, com o aumento das compensações relativas aos passes 4_18@escola.tp e sub_23@supeior.tp.

(milhares de €)

	10/09	2010		2009*	
Gastos Totais	**-6,4%**	**31.865**	*100%*	**34.056**	*100%*
Custo das Matérias Consumidas	15,1%	3.533	*11%*	3.071	*9%*
Fornecimentos e Serviços Externos	-5,6%	8.078	*25%*	8.555	*25%*
Gastos com Pessoal	0,7%	9.546	*30%*	9.478	*28%*
Ajustamentos de inventários	59,7%	241	*1%*	151	*0%*
Provisões	-51,1%	2.398	*8%*	4.903	*14%*
Amortizações e Depreciações	17,1%	3.545	*11%*	3.028	*9%*
Imparidade de dívidas a receber	100,0%	125	*0%*		*0%*
Outros Gastos e Perdas	38,8%	244	*1%*	176	*1%*
Gastos e Perdas de Financiamento	-11,5%	4.154	*13%*	4.695	*14%*

** Reexpresso de acordo com o normativo IFRS*

Como já se referiu os gastos sofreram uma redução de 6,4%. As variações que se observam relativamente a 2009, nas três naturezas de gastos de maior relevância, Custo das Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal, decorreram dos seguintes factores:

- **Custo das Matérias Consumidas**, mais 462 milhares de euros, pelo efeito do aumento do preço do gasóleo, que passou de €0,42/litro em 2009, para €0,55/litro em 2010. Não tendo ocorrido variação significativa nos consumos, este aumento foi responsável por um acréscimo superior de cerca de 800 mil euros nos gastos com combustível, parte dos quais – correspondentes aos consumos da frota fretada à Soflusa – se encontram reflectidos em FSE's.

2010	2009
6.431.175L	6.390.893L
3.510.118 €	2.702.119 €
0,55 €\L	0,42 €\L

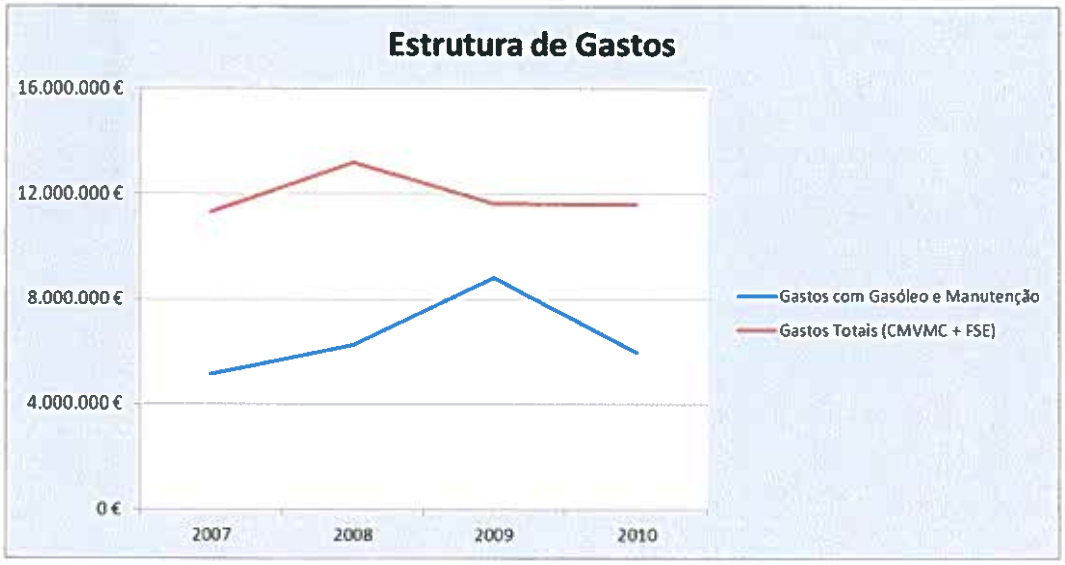
Nota: Os valores apresentados incluem 737 mil€ e 507 mil€, contabilizados na conta 62, respeitantes a abastecimentos de navios alugados à Soflusa em 2010 e 2009 respectivamente.

- **Fornecimentos e Serviços Externos**, cuja variação, de menos de cerca de 477 milhares de euros, é essencialmente explicada por reduções em diversas rúbricas (dragagens, afretamentos, avenças, honorários e despesas de representação, entre outras). Destacam-se os gastos indicados no quadro seguinte que, no seu conjunto representam 72,8% dos FSE's totais.

(milhares de €)

FSE	2010	2009
Manutenção e Conservação	2.487	2.391
Afretamento e consumos da frota*	1.763	1.642
Seguros	704	714
Vigilância, Segurança e Limpeza	931	931

** Frota fretada à participada Soflusa*



Como se pode verificar através do gráfico seguinte, a maior parte dos Gastos com Serviços Externos e com Matérias Consumidas, dizem respeito a manutenção e gasóleo (no ano 2009, cerca de 76%). Estas naturezas de gastos são predominantes na prestação do serviço público. Desta análise, retira-se a conclusão de que a adopção de medidas de contenção que impliquem reduções relevantes de gastos, não pode passar por reduções nestas duas naturezas sem afectar a regularidade e a qualidade do serviço público. Por outro lado, o

impacto decorrente de eventuais diminuições noutras naturezas de gastos terá sempre carácter marginal.

A evolução verificada nos rendimentos e nos gastos, originou uma melhoria bastante significativa no grau de cobertura.

	2010	2009*
Grau de Cobertura	**40,2%**	**30,6%**
(RendimentosTotais sem ICs / Gastos Totais)		

** Reexpresso de acordo com o normativo IFRS*

O quadro seguinte apresenta um conjunto de indicadores com algumas variações positivas face a 2009 – designadamente no caso do *EBITDA* – mas que continuou, no entanto, a expressar a fragilidade da situação económico-financeira da empresa.

INDICADORES FINANCEIROS	2010	2009*
Liquidez Geral *(Activos Correntes / Passivo Corrente)*	0,30	0,34
Autonomia Total *(Passivo Total / Activo Total)*	2,87	2,69
Solvabilidade *(Capitais Próprios / Passivo Total)*	-0,65	-0,63
EBITDA *(milhares de €)*	-6.472	-11.025

** Reexpresso de acordo com o normativo IFRS*

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

PERSPECTIVAS FUTURAS

O Conselho de Administração procurará em 2011:

- reforçar as medidas de consolidação da gestão de actividade das duas empresas do Grupo - Transtejo e Soflusa – numa única estrutura organizacional, no sentido de preparar a operação de fusão prevista na Lei do OE/2011;
- dar cumprimento de igual modo às medidas de contenção previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento;
- avaliar, através da realização de estudos de procura, a possibilidade de introduzir na oferta alterações que induzam reduções de custos;
- manter o seu contributo na melhoria do transporte público, nomeadamente através de medidas que reforçam a articulação intermodal;
- reforçar padrões de segurança e qualidade, incentivando as boas praticas de navegação e as melhorias do atendimento ao cliente
- apostar na formação interna e na avaliação do desempenho, como forma de aumentar a produtividade interna
- consolidar o sistema de informação interna
- iniciar a primeira auditoria interna ao SGA.

NOTAS FINAIS

Tendo em conta o facto de se encontrar perdido mais de metade do capital social e considerando o que dispõe o art. 35º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração proporá a inclusão na Ordem de Trabalhos da Assembleia-Geral de aprovação de contas, um ponto relativo a esta matéria.

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja manifestar o seu reconhecimento às Autoridades Marítimas, designadamente ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa pela colaboração prestada à empresa no desenvolvimento da sua actividade, aos órgãos de fiscalização, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas pela disponibilidade revelada, bem como a todos os que no interior da organização se empenharam na prossecução dos objectivos alcançados.

9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos do exercício, no montante negativo de € 12.509.259,55 (doze milhões, quinhentos e nove mil, duzentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos) sejam integralmente transferidos para a conta Resultados Transitados.

Lisboa, 13 de Maio de 2011,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÓNIO DA SILVA PINTASSILGO, Presidente

MARIA ELISA SILVA SALOIO, Vogal

ISIDRO DURÃO HEITOR, Vogal

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 245º., nº. 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração Transtejo - Transportes Tejo, SA, abaixo identificados nomimalmente, subscreveu a declaração do seguinte teor:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, actuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras da Transtejo – Transportes Tejo, S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Transtejo – Transportes Tejo, S.A. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2010 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte"

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÓNIO DA SILVA PINTASSILGO, Presidente

MARIA ELISA SILVA SALOIO, Vogal

ISIDRO DURÃO HEITOR, Vogal

TRANSTEJO

Demonstrações Financeiras Separadas 31 de Dezembro de 2010

Índice das demonstrações financeiras separadas

Demonstração da posição financeira 4

Demonstração do rendimento integral 5

Demonstração das alterações no capital próprio 6

Demonstração de fluxos de caixa 7

Anexo às demonstrações financeiras separadas 8

1 INFORMAÇÃO GERAL 8
2 INFORMAÇÃO SOBRE O REGIME DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO 9
3 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 10
4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 14
5 POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS 26
6 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS 29
7 SEGMENTOS OPERACIONAIS 30
8 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS 31
9 ACTIVOS INTANGÍVEIS 35
10 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS 36
11 INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS 36
12 ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS POR CATEGORIA 37
13 OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS 38
14 INVENTÁRIOS 38
15 CLIENTES 39
16 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO CORRENTE 39
17 EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS 40
18 OUTRAS CONTAS A RECEBER 41
19 OUTROS ACTIVOS CORRENTES 43
20 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 43
21 CAPITAL 44
22 OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS 44
23 PROVISÕES 45
24 FINANCIAMENTOS OBTIDOS 47
25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS 48
26 OUTRAS CONTAS A PAGAR NÃO CORRENTES 49
27 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES 50
28 FORNECEDORES 51
29 OUTRAS CONTAS A PAGAR CORRENTE 51
30 OUTROS PASSIVOS CORRENTES 52
31 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS 53
32 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO 54
33 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS 54

34 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 55
35 GASTOS COM PESSOAL 56
36 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS 56
37 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS 57
38 DIVIDENDOS POR ACÇÃO 57
39 CONTINGÊNCIAS 57
40 PARTES RELACIONADAS 58
41 EVENTOS SUBSEQUENTES 60

Demonstração da posição financeira

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis	8	40.947.316,03	41.266.764,21
Activos intangíveis	9	407.811,00	359.741,00
Interesses em empreendimentos conjuntos	11	9.975,96	19.951,92
Outros activos financeiros	13	531,96	531,96
Total do Activo não corrente		**41.365.634,95**	**41.646.989,09**
ACTIVOS CORRENTES:			
Inventários	14	699.866,87	963.062,55
Clientes	15	93.662,13	40.664,14
Imposto sobre o rendimento corrente	16	33.902,90	73.912,51
Empréstimos concedidos	17	11.977.756,80	10.670.834,15
Outras contas a receber	18	3.667.427,91	2.771.517,95
Outros activos correntes	19	457.418,38	492.065,21
Caixa e depósitos bancários	20	159.785,68	259.937,42
Total do Activo corrente		**17.089.820,67**	**15.271.993,93**
Total do activo		**58.455.455,62**	**56.918.983,02**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	21	53.000.000,00	53.000.000,00
Reservas de cobertura	22 e 25	(4.006.521,55)	(3.456.436,35)
Resultados transitados	22	(145.557.935,04)	(128.535.876,94)
Resultado líquido do período		(12.509.259,55)	(17.022.058,10)
Total do capital próprio		**(109.073.716,14)**	**(96.014.371,39)**
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	23	16.736.785,40	14.368.537,80
Financiamentos obtidos	24	55.000.000,00	55.000.000,00
Instrumentos financeiros derivados	25	4.006.521,55	3.456.436,35
Outras contas a pagar	26 e 29	12.502.601,63	13.002.601,63
Outros passivos não correntes	27	22.334.596,45	22.002.905,36
Total do Passivo não corrente		**110.580.505,03**	**107.830.481,14**
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	24	48.146.868,49	31.508.242,08
Fornecedores	28	2.517.659,41	1.789.144,40
Imposto sobre o rendimento corrente	16	7.644,32	4.882,11
Outras contas a pagar	29	2.778.053,56	8.307.081,45
Outros passivos correntes	30	3.498.440,95	3.493.523,23
Total do passivo corrente		**56.948.666,73**	**45.102.873,27**
Total do passivo		**167.529.171,76**	**152.933.354,41**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**58.455.455,62**	**56.918.983,02**

As notas das páginas 7 a 60 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente do Conselho de Administração

Maria Elisa Silva Saloio
Vogal

Isidro Durão Heitor
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas

Demonstração do rendimento integral

	Notas	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
Vendas e serviços prestados	31	7.259.086,44	7.330.610,42
Subsídios à exploração	32	6.749.449,16	6.733.122,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14 e 33	(3.533.362,24)	(3.070.626,81)
Fornecimentos e serviços externos	34	(8.078.428,04)	(8.554.798,64)
Gastos com o pessoal	35	(9.546.119,12)	(9.477.865,62)
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	14	(240.875,68)	(150.814,66)
Provisões (aumentos / reduções)	23	(2.397.748,05)	(4.902.521,53)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(124.926,38)	-
Outros rendimentos e ganhos	36	3.677.223,95	1.239.209,45
Outros gastos e perdas		(236.574,99)	(171.027,60)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(6.472.274,95)	(11.024.712,75)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8 e 9	(2.276.590,41)	(2.072.876,59)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(8.748.865,36)	(13.097.589,34)
Juros e gastos similares suportados	37	(4.153.650,70)	(4.695.110,45)
Juros e rendimentos similares obtidos	37	400.900,83	775.523,80
Resultado antes de impostos		(12.501.615,23)	(17.017.175,99)
Imposto sobre o rendimento do exercício	33 e 16	(7.644,32)	(4.882,11)
Resultado líquido do exercício		**(12.509.259,55)**	**(17.022.058,10)**
Outros rendimentos do exercício			
Ganhos / (Perdas) de justo valor nos Swaps de cobertura	22	(550.085,20)	(679.747,35)
Total do rendimento integral do exercício		**(13.059.344,75)**	**(17.701.805,45)**
Resultado líquido do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Total		(12.509.259,55)	(17.022.058,10)
Resultado por acção básico		(1,18)	(1,61)
Rendimento integral do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Total		(13.059.344,75)	(17.701.805,45)
Resultado por acção básico		(1,23)	(1,67)

As notas das páginas 7 a 60 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente

Maria Elisa Silva Saloio
Vogal

Isidro Durão Heitor
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas

Demonstração das alterações no capital próprio

	Notas	Capital Social	Reserva de cobertura	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Rendimento integral do exercício
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (IFRS)	21 e 22	**53.000.000,00**	**(2.776.689,00)**	**(107.855.777,52)**	**(20.680.099,42)**	**(78.312.565,94)**
Aplicação do resultado consolidado de 2008:						
Transferência para resultados transitados		-	-	(20.680.099,42)	20.680.099,42	-
Total do rendimento integral do período		-	(679.747,35)		(17.022.058,10)	(17.701.805,45)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (IFRS)		**53.000.000,00**	**(3.456.436,35)**	**(128.535.876,94)**	**(17.022.058,10)**	**(96.014.371,39)**
Aplicação do resultado consolidado de 2009:						
Transferência para resultados transitados		-	-	(17.022.058,10)	17.022.058,10	
Total do rendimento integral do período		-	(550.085,20)		(12.509.259,55)	(13.059.344,75)
Regularização por resultados						
Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (IFRS)		**53.000.000,00**	**(4.006.521,55)**	**(145.557.935,04)**	**(12.509.259,55)**	**(109.073.716,14)**

As notas das páginas 7 a 60 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente

Maria Elisa Silva Saloio
Vogal

Isidro Durão Heitor
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas

Demonstração de fluxos de caixa

	Notas	2010	2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		10.755.795,68	9.364.381,00
Pagamentos a Fornecedores		(13.612.590,68)	(19.981.362,83)
Pagamentos ao Pessoal		(6.255.197,56)	(6.545.937,60)
Fluxos gerados pelas operações		**(9.111.992,56)**	**(17.162.919,43)**
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		53.569,18	30.279,03
Outros Recebimentos / Pagamentos da actividade operacional		5.457.449,93	6.926.705,00
		5.511.019,11	**6.956.984,03**
Fluxos das Actividades Operacionais (1)		**(3.600.973,45)**	**(10.205.935,40)**
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis		(9.039.908,92)	(3.345.499,80)
Activos Intangíveis		(56.187,60)	(46.750,00)
Outros Activos		-	(200.000,00)
		(9.096.096,52)	**(3.592.249,80)**
Recebimentos provenientes de:			
Activos Fixos Tangíveis		-	50.150,00
Subsídios ao Investimento		1.600.000,00	5.087.500,98
Juros e rendimentos similares		-	171.430,24
		1.600.000,00	**5.309.081,22**
Fluxos das Actividades de Investimento (2)		**(7.496.096,52)**	**1.716.831,42**
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		24.765.749,73	25.661.291,56
Outras operações de financiamento		7,18	-
		24.765.756,91	**25.661.291,56**
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		(8.263.700,00)	(12.400.000,00)
Juros e gastos Similares		(3.965.138,68)	(9.178,54)
Outras operações de financiamento		(1.540.000,00)	(4.730.843,49)
		(13.768.838,68)	**(17.140.022,03)**
Fluxos das Actividades de Financiamento (3)		**10.996.918,23**	**8.521.269,53**
Variação de Caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		**(100.151,74)**	**32.165,55**
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	259.937,42	227.771,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	159.785,68	259.937,42

As notas das páginas 7 a 60 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente

Maria Elisa Silva Saloio
Vogal

Isidro Durão Heitor
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas

Anexo às demonstrações financeiras separadas

1 Informação geral

A Transtejo – Transportes Tejo, S.A. (referida neste documento como "Transtejo" ou "Empresa"), com sede na Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Terminal Fluvial do Cais do Sodré, Conselho de Lisboa, Freguesia de São Paulo, foi constituída em 17 de Dezembro de 1975 como empresa pública, acabando por ter sido transformada em sociedade anónima em 21 de Julho de 1992. A principal actividade comercial desempenhada pela sociedade corresponde à exploração de transportes fluviais, sendo que, acessoriamente, poderá explorar quaisquer outras actividades turísticas, comerciais ou industriais, conexas, complementares, ou actividades que no seu todo, ou em parte, sejam susceptíveis de facilitar ou favorecer a realização da actividade principal atrás referida, designadamente actividades marítimo – turísticas.

Consequentemente, apesar de não dispor da concessão oficialmente atribuída, a Transtejo explora cinco das seis carreiras fluviais existentes entre as margens norte e sul do Rio Tejo, sendo a sexta ligação (Terreiro do Paço – Barreiro) assegurada pela sua subsidiária Soflusa.

O Grupo detém, presentemente, 2 áreas de negócio principais: i) prestação de serviços de transporte náutico de passageiros, nos quais se incluem cinco ligações fluviais no Rio Tejo (Cacilhas - Cais do Sodré, Seixal – Cais do Sodré, Montijo – Cais do Sodré, Belém – Porto Brandão e Porto Brandão – Trafaria); ii) carreiras turísticas de cruzeiro com partida no Cais do Sodré (Circuito dos Descobrimentos); e Terreiro do Paço (Circuito Lisboa Vista do Tejo). A Transtejo exerce ainda uma actividade acessória de arrendamento de propriedade imobiliária (espaços publicitários, parques estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças (DGT), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado Português, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do Património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do sector público.

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, em articulação com a rede de transportes públicos da Região Metropolitana de Lisboa. A Empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o sector dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo)

Estas demonstrações financeiras separadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 13 de Maio de 2011. É da opinião o Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Transtejo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

1.1. Participação financeira da Transtejo na Soflusa

A constituição do Grupo Transtejo ocorreu em Dezembro de 2001, desencadeada pela aquisição do capital da Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., constituída por escritura pública de 11 de Novembro de 1992, com o objecto social de exploração de transportes fluviais, bem como o exercício de quaisquer outras actividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, designadamente transportes marítimo – turísticas.

A Soflusa foi constituída pela CP – Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos – que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objectivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo – com o objectivo de explorar aquela ligação.

Em Dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. – Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa/Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

2 Informação sobre o regime da prestação do serviço público

2.1. Contrato de serviço público

Apesar da relevância social que os serviços de transporte público prestados pela Empresa revestem, os mesmos não se encontram contratualizados. De acordo com o regulamento (CEE) nº 1893/91 que justifica a aplicação da noção de contrato de serviço público a este tipo de serviços entende-se que:

(i) O contrato de serviço público é um contrato celebrado entre as autoridades competentes de um Estado-Membro e uma empresa de transportes colectivos com o objectivo de prestar ao público serviços de transporte eficientes.

O contrato de serviço público deve englobar, designadamente, os seguintes pontos:
(i) Características dos serviços oferecidos, nomeadamente, as normas de continuidade, regularidade, capacidade e qualidade;
(ii) Serviços de transporte a preços e condições determinados, nomeadamente, para determinadas categorias de passageiros e/ou itinerários;
(iii) Duração do contrato;
(iv) Activos implicados no fornecimento de serviços de transporte;
(v) Sanções previstas em caso de incumprimento.

A Empresa, tal como referido na Nota 32, recebe indemnizações compensatórias por parte do Estado, não se encontrando definidas ou contratualizadas as regras de determinação do montante de indemnizações compensatórias a receber.

O Decreto-Lei nº 167/2008 de 26 de Agosto fixou os critérios gerais que permitem assegurar a conformidade da atribuição de indemnizações compensatórias com a prestação de serviços de interesse geral (satisfação das necessidades públicas fundamentais dos cidadãos portugueses).

O papel da Transtejo neste âmbito consiste na prestação de serviços de transporte de passageiros por via fluvial, cumprindo com diversos requisitos, como sejam continuidade, sustentabilidade, qualidade de serviço e eficácia. Mais importante do que isso, a Transtejo permite aos seus passageiros usufruírem de um serviço de transporte acessível e a preços razoáveis à generalidade dos cidadãos que necessitem de recorrer a tais serviços, tal como se encontra expresso no diploma acima.

Assim sendo, e independentemente da inexistência de contrato que estabeleça os termos de tal serviço, a Transtejo considera que cumpre, ou encontra-se em condições para cumprir as obrigações decorrentes da legislação supra, e que, por esse mesmo motivo, as indemnizações compensatórias que recebe com periodicidade anual estão plenamente justificadas, sendo indispensáveis à estabilidade financeira da Empresa, face a desequilíbrios provocados pela prestação deste serviço.

Os apoios financeiros do Estado Português concedem uma cobertura financeira vital à política de investimentos em activos fixos tangíveis da Empresa (sob a forma de subsídios ao investimento com origem em fundos comunitários FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e fundos estatais PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento), sendo a parte remanescente assegurada pelo endividamento bancário. Para as operações de consolidação desse endividamento é solicitado o aval do Estado.

3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

3.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras separadas são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional da Transtejo, dado que a maior parte das suas transacções são efectuadas nesta moeda e tratando-se também da moeda do seu ambiente económico.

Estas demonstrações financeiras constituem as primeiras demonstrações financeiras separadas preparadas pela Transtejo de acordo com as IFRS adoptadas pela União Europeia ("IFRS"), emitidas e em vigor ou emitidas e adoptadas antecipadamente à data de 31 de Dezembro de 2010 e de acordo com a IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das IFRS, tendo a Transtejo preparado o seu balanço de abertura na data de transição, a 1 de Janeiro de 2009. As demonstrações financeiras da Transtejo até 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data (Plano Oficial de Contabilidade "POC"). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas para as IFRS, o Conselho de Administração alterou alguns dos critérios de contabilização e mensuração aplicados nas demonstrações financeiras de 2010, de modo a que os mesmos se apresentem em conformidade com as IFRS. Desta forma, os valores comparativos relativos ao período de 2009 foram re-expressos para reflectir estes ajustamentos. A reconciliação e descrição dos impactos da transição do normativo anterior para as IFRS no Capital próprio, Resultado do período e Fluxos de caixa são apresentados na Nota 3.3.

Estas demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com as IFRS adoptadas pela União Europeia ("IFRS"), emitidas e em vigor, ou emitidas e adoptadas antecipadamente à data de 31 de Dezembro de 2010. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adoptadas na União Europeia. Neste documento tais normas passam a ser designadas por IFRS. Na preparação das demonstrações financeiras separadas a Transtejo seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração dos instrumentos financeiros derivados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Transtejo, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras separadas são apresentadas na Nota 5.

Normas e interpretações cuja adopção se tornou efectiva a 1 de Janeiro de 2010:

Sem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa

- **IFRS 3R**, 'Concentrações de actividades empresariais'
- **IAS 27R**, 'Demonstrações financeiras separadas e consolidadas'
- **IFRS 5** (Melhoria anual de 2008) 'Activos não correntes detidos para venda e unidades descontinuadas'
- Melhoria anual das normas em 2009.
- **IFRS 1**, 'Adopção pela primeira vez das IFRS'
- **IFRS 2**, 'Pagamentos baseados em acções - transacções pagas financeiramente pelo Grupo'
- **IAS 39**, 'Instrumentos financeiros – Itens elegíveis para cobertura'
- **IFRIC 12**, 'Acordos de concessão de serviços'

- **IFRIC 15,** 'Contratos para a construção de imóveis'
- **IFRIC 16,** 'Cobertura de investimentos em operações estrangeiras'
- **IFRIC 17**, 'Distribuições em espécie aos accionistas'
- **IFRIC 18**, 'Transferência de activos pelos clientes'

Normas e interpretações cuja adopção apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Fevereiro de 2010 ou em data posterior

- **IAS 32** (alteração), 'Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2010). Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos accionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transacção com accionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Transtejo.

- **IFRS 1** (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010, na União Europeia). Esta alteração permite às entidades que adoptem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações', o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7. A Transtejo aplicará esta alteração nas demonstrações financeiras de 2011.

- **IAS 24** (alteração) 'Partes relacionadas' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da entidade com o Estado e quaisquer transacções significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidade relacionadas com o Estado. Adicionalmente a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. Esta alteração produz impactos nas Demonstrações financeiras da Transtejo.

- **IFRS 1** (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração vem incluir uma isenção específica para os primeiros adoptantes das IFRS que operavam anteriormente em economias classificadas como hiperinflacionárias. Assim, quando a data de transição para as IFRS corresponde à data ou é posterior à data em que a moeda funcional da Entidade "normalizou", esta pode optar por mensurar todos os activos e passivos detidos à data da normalização ao justo valor, na transição para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à remoção de datas nas excepções à aplicação retrospectiva da IFRS pela primeira vez. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

- **IAS 12** (alteração), 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A alteração à IAS 12 resultou na incorporação da SIC 21 – 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de activos não depreciáveis revalorizados' e na excepção ao tratamento contabilístico previsto na SIC 21 para as propriedades de investimento ao justo valor. No caso das propriedades de investimento ao justo valor existe a presunção de que a sua recuperação será sempre pela venda, para efeitos de determinação do impacto fiscal. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

- **IFRS 9** (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IAS 39 prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado apenas quando a entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos de

dívida, são valorizados ao justo valor por via de resultados. A Transtejo aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

- **Melhoria anual das normas em 2010**, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. Estas melhorias a diversas normas ainda não se encontram adoptadas pela União Europeia. O processo anual de melhoria é uma forma de fazer alterações não urgentes mas necessárias às IFRS e afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. Estas melhorias serão aplicadas pela Transtejo nos exercícios em que se tornem efectivas.

- **IFRIC 14** (Alteração) ' IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). Esta alteração clarifica que quando o activo é uma consequência de pré-pagamentos efectuados por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um activo. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Transtejo.

- **IFRIC 19**, 'Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010). Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adoptar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (acções) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A simples reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Transtejo.

3.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3.3. Adopção pela primeira vez das IFRS

A Transtejo adoptou as IFRS, emitidas e em vigor, ou emitidas e adoptadas antecipadamente à data de 31 de Dezembro de 2010, tendo aplicado estas normas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A Transtejo preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2009, a data de transição, considerando as isenções a outras normas existentes, permitidas pela IFRS 1, 'Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro'.

Porque estas constituem as demonstrações financeiras separadas da Transtejo, o regime de isenção previsto na IFRS 1 obriga a que a Transtejo utilize o valor escriturado de activos e passivos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Transtejo como os valores escriturados nas suas primeiras demonstrações financeiras separadas de acordo com as IFRS.

Abaixo apresentam-se os impactos da conversão para as IFRS conforme os princípios seguidos nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período comparativo:

Reconciliação dos ajustamentos de transição para as IFRS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as IFRS teve o seguinte efeito nos capitais próprios:

Reconciliação do Capital Próprio

Capital Próprio POC		31-12-2009	01-01-2009
Descritivo Ajustamento		**(90.652.797,23)**	**(73.723.370,75)**
Desreconhecimento intangíveis	1	-	(194.691,92)
Desreconhecimento beneficiações em equipamento básico	2	(743.794,00)	(1.490.048,69)
Desreconhecimento encargos diferidos beneficiações Doca 13	3	(53.666,39)	(80.499,00)
Desreconhecimento PECs anos anteriores	4	(62.997,42)	(47.266,58)
Reconhecimento justo valor SWAPs	5	(3.456.436,35)	(2.776.689,00)
Actualização provisão Soflusa (impactos conversão IFRS)	6	(1.044.680,00)	-
Capital Próprio IFRS		**(96.014.371,39)**	**(78.312.565,94)**

O montante total de ajustamento à data de transição reflecte o diferencial registado nas demonstrações financeiras separadas decorrente da conversão para as IFRS. Estes ajustamentos encontram-se reconhecidos em "Resultados Transitados" e em "Reservas de Cobertura.

Para o período de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as IFRS originou um impacto nos resultados líquidos individuais conforme segue:

Reconciliação do Resultado Líquido

Resultado Líquido POC		(16.929.426,48)
Desreconhecimento intangíveis	1	194.691,92
Desreconhecimento beneficiações em equipamento básico	2	746.254,69
Desreconhecimento encargos diferidos beneficiações Doca 13	3	26.832,61
Desreconhecimento PECs anos anteriores	4	(15.730,84)
Actualização provisão Soflusa (impactos conversão IFRS)	5	(1.044.680,00)
Resultado Líquido IFRS		**(17.022.058,10)**

Alterações à Demonstração dos fluxos de caixa

As alterações à Demonstração dos fluxos de caixa não foram consideradas significativas para divulgação.

Detalhe dos ajustamentos

Os ajustamentos acima referidos na reconciliação do capital próprio e do resultado líquido, resultam das diferenças quantitativas identificadas entre o normativo POC e o IFRS, as quais podem ser resumidas, como segue:

Ajustamento 1 – Desreconhecimento do valor líquido de registos de activos intangíveis contabilizados segundo critérios POC, os quais não são consistentes com os critérios de reconhecimento de activos intangíveis contidos na IAS 38 - 'Activos Intangíveis'.

Ajustamento 2 – Desreconhecimento do valor líquido de beneficiações e obras de melhoramento de terminais fluviais, edifícios, pontões e embarcações da frota. No âmbito do relato financeiro POC não foram definidos critérios de capitalização claros e consistentes para as grandes intervenções e manutenções dos activos da Empresa, não se encontrando demonstrado o modelo previsional de benefícios económicos futuros associado a estes projectos (que suporta a capitalização), assim como o racional por detrás das vidas úteis definidas.

Ajustamento 3 – A Empresa suportou encargos com obras de beneficiação de uma doca náutica, os quais foram reconhecidos como custos diferidos ao abrigo do normativo contabilístico anterior. A Transtejo encontrava-se a reconhecer o encargo subjacente como custo do exercício numa óptica de linha recta. Segundo os princípios inerentes às IFRS, os custos plurianuais não qualificam como activo, devendo ser desreconhecidos à data de transição, por contrapartida de Resultados transitados-Ajustamentos de transição.

Ajustamento 4 – A Transtejo reconheceu os pagamentos especiais por conta, efectuados no âmbito da legislação fiscal em vigor em anos anteriores como activos a recuperar, no entanto, dada a inexistência de perspectivas de obtenção de resultados líquidos positivos tributáveis no futuro próximo, tais valores encontram-se em imparidade, devendo ser desreconhecidos das demonstrações financeiras da Transtejo, à data da transição para as IFRS.

Ajustamento 5 – A Transtejo tem instrumentos financeiros derivados contratualizados com o BPI à data de transição, com a natureza de *SWAPs* de taxa de juro (IRS), tendo contratado um instrumento financeiro derivado adicional com o Barclays durante o período comparativo, com a natureza de *collar* de taxa de juro. De acordo com os resultados dos testes de eficácia efectuados quer no exercício de 2008, quer no exercício de 2009, e considerando ainda a documentação de cobertura apresentada, estes instrumentos qualificam como instrumentos de cobertura à luz da IAS 39 – 'Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração'. A Transtejo reflectiu, consequentemente, o ajustamento que já é considerado nas suas demonstrações financeiras consolidadas na preparação das demonstrações financeiras separadas. Este ajustamento foi reflectido na rubrica "Instrumentos financeiros derivados", por contrapartida de "Reservas de cobertura", das demonstrações financeiras separadas.

Ajustamento 6 – A subsidiária Soflusa transitou para o normativo IFRS à mesma data da Transtejo, tendo desse processo resultado impactos de conversão, os quais fizeram aumentar a responsabilidade da Transtejo pela participação financeira, levando à alteração da provisão para outros riscos e encargos.

NOTA: A Transtejo regista a imparidade da totalidade dos impostos diferidos sobre os ajustamentos efectuados, dado o histórico de prejuízos fiscais acumulados e por não se perspectivar que tal situação venha a alterar no futuro.

4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Investimentos em subsidiárias

Empresas subsidiárias são todas aquelas entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) nas quais a Transtejo tem poder de decisão sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Transtejo detém o controlo sobre uma entidade.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos custos directamente atribuíveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da Transtejo nos activos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração do rendimento integral.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da Transtejo nos activos identificáveis adquiridos, o *goodwill,* é reconhecido como parte do investimento financeiro na subsidiária. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados.

Os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Os dividendos recebidos das subsidiárias são registados como um rendimento do exercício, quando deliberados pela Assembleia Geral.

4.2. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Os interesses em empreendimentos conjuntos da Transtejo correspondem a entidades conjuntamente controladas, ou seja, empreendimentos que envolvem o estabelecimento de uma sociedade, parceria, ou outra entidade em que cada empreendedor (incluindo a Transtejo) tem um interesse.

A Transtejo tem um interesse numa Entidade conjuntamente controlada quando tenha acordado contratualmente partilhar o controlo sobre uma actividade económica ou entidade, e apenas existe quando as decisões financeiras e operacionais estratégicas relacionadas com essa actividade ou entidade têm de ser tomadas por unanimidade de todos os investidores na Entidade. O interesse neste tipo de entidades está suportado por Acordos parassociais assinado com os restantes investidores.

A classificação como Entidade conjuntamente controlada cessa quando a Transtejo passa a controlar a Entidade, o que pode ocorrer quando: i) a Transtejo adquire a quota-parte dos outros investidores e o acordo parassocial cesse; ou ii) quando a Transtejo adquire o direito incondicional de comprar (opção de compra) a participação dos restantes investidores, mesmo que não tenha exercido esse direito mas o possa fazer a todo o tempo.

Nas demonstrações financeiras separadas, os interesses em Entidades conjuntamente controladas são mensurados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade. Os dividendos distribuídos pelas Entidades conjuntamente controladas são reconhecidos como ganhos do período em que são atribuídos.

4.3. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da empresa, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da Transtejo e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos

activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração do rendimento integral.

Ganhos ou perdas cambiais relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na Demonstração do rendimento integral como "Juros e gastos similares" ou "Juros e outros rendimentos similares". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração do rendimento integral como outros ganhos ou perdas operacionais.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2010	2009
USD	1,3362	1,4406
GBP	0,8608	0,8810

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de Dezembro de 2010.

4.4. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o "custo considerado" à data de transição para as IFRS, e os custos de aquisição para activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do activo.

Sempre que as partes integrantes de dado activo fixo tangível possuam padrões de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o activo principal, deverá a Transtejo efectuar a depreciação do activo por componentes, em função das suas vidas úteis esperadas.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo. As benfeitorias e beneficiações efectuadas nos activos tangíveis são capitalizadas como activos nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência normal, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os custos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 22 anos
Embarcações	Entre 16 a 22 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 12 anos
Outros activos tangíveis	Entre 3 a 12 anos

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que se encontrem concluídos e na condição de uso pretendida pela gestão.

Aos activos fixos tangíveis que demorem mais do que 12 meses a ficarem na sua condição de uso, são adicionados durante o período de construção, os custos de financiamento específico ou geral incorrido na quota-parte do investimento em activos que não tenha sido subsidiada.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade (ver Nota 4.6).

As vidas úteis dos activos são revistas em cada de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. As alterações às vidas úteis são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Um activo fixo tangível deixa de ser depreciado quando passe a ser classificado como um activo não corrente detido para venda, conforme previsto na IFRS 5, 'Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas'.

4.5. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa mensurado com fiabilidade.

Os activos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efectuados no decurso das actividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

O custo dos activos intangíveis adquiridos compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

A Transtejo valoriza os seus activos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do Custo, conforme definido pela IAS 38 – Activos Intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Transtejo determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo. Os activos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira da Transtejo referem-se a software informático (licenças e sistema de bilhética), os quais são amortizados segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos.

4.6. Imparidade de activos não financeiros

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade anuais. A Transtejo não tem reconhecidos activos com vida útil indefinida.

Relativamente aos activos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efectuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras Individuais não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Transtejo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o valor de uso. O justo valor do activo deduzido dos custos de venda corresponde ao montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre partes independentes e conhecedoras deduzido dos custos directamente associados à transacção. O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efectuada para cada activo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Activos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização ou depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.7. Activos não correntes (ou grupos para alienação) detidos para venda

Os activos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como activos detidos para venda quando o seu valor contabilístico destina-se a ser recuperado principalmente através de uma transacção de venda em vez do uso continuado e a venda é considerada altamente provável.

Estes activos são mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, na data da classificação como detido para venda. Os activos com vida útil definida deixam de ser depreciados/amortizados desde a data da classificação como detido para venda, até à data da venda.

4.8. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objectivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os activos financeiros podem ser classificados como:

i) Activos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os activos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e activos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo;
iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
iv) Activos financeiros disponíveis para venda – incluem os activos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como activos não correntes excepto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em activos financeiros são registadas na data da transacção, ou seja, na data em que a Transtejo se compromete a comprar ou a vender o activo.

Activos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transacção reconhecidos em resultados. Estes activos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Activos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transacção. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda não cotados correspondentes a instrumentos de capital, estes são valorizados ao custo quando não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

O justo valor de activos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("bid"). Se não existir um mercado activo, a Transtejo estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transacções recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de fluxos de caixa descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da Transtejo visada.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados no balanço como "Clientes" (Nota 15) e "Outras contas a receber" (Nota 18), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efectiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efectuado quando existe evidência objectiva de que a Transtejo não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transacções que lhe deram origem.

Na identificação de situações de imparidade nas rubricas de empréstimos concedidos e contas a receber, são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

A Transtejo avalia a cada data de relato, se existe evidência objectiva de que os activos financeiros, sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor (+ 20%) abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o activo financeiro está em situação de imparidade. Se existir evidência de perda de valor para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse activo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados consolidados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração dos resultados consolidados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

4.9. Justo valor de activos e passivos

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações'.

No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

A Transtejo aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para activos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são directamente observáveis em mercado, para os quais a Transtejo utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

4.10. Instrumentos financeiros derivados

Contabilidade de cobertura

A Transtejo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Transtejo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa referem-se a instrumentos de cobertura de taxa de juro de financiamentos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

A Transtejo classifica os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, quando se verifiquem as seguintes condições:

- Estima-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia de cobertura pode ser fiavelmente mensurada;

- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura; e
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo custo, caso exista algum, sendo subsequentemente mensurados ao justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliações tendo por base métodos geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence, é vendido, ou deixa de qualificar como instrumento de cobertura. Nas situações em que o instrumento deixa de qualificar como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas em Capital próprio, na rubrica "Reservas de cobertura" são transferidas para resultados líquidos do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem. A mensuração subsequente do instrumento financeiro de negociação é registada directamente na rubrica da Demonstração do rendimento integral.

4.11. Inventários

A Transtejo reconhece como inventários as matérias de consumo (ex:combustível, lubrificantes), materiais para reparações e peças sobresselentes a consumir pela Transtejo em intervenções de manutenção às embarcações.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização.

4.12. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção.

A exposição da Transtejo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração do rendimento integral, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

4.13. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

4.14. Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em acções ordinárias. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

4.15. Passivos financeiros

A IAS 39 – 'Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração' prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
ii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem os Financiamentos obtidos (Nota 24) e Fornecedores e outras contas a pagar. Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

4.16. Financiamentos obtidos

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração do rendimento integral ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Transtejo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

4.17. Custos com financiamentos

Os custos com financiamentos incluem juros e outros custos incorridos pela Empresa ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários e juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos:
- Amortização de custos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Encargos financeiros associados a locações financeiras, reconhecidos em conformidade com a IAS 17, 'Locações';
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos;

Os custos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que são incorridos, excepto se associados à construção ou aquisição de um activo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de custos com financiamentos começa quando o investimento num activo está a decorrer e existem custos efectivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as actividades necessárias para preparar um activo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

4.18. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras separadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A Transtejo não reconhece impostos diferidos devido à incerteza quanto à sua efectiva tributação ou dedução futura, dados os prejuízos fiscais gerados historicamente em cada exercício.

4.19. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Transtejo tem: i) uma obrigação presente legal, contratual ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Transtejo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: a Transtejo detenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores e apenas são reconhecidas quando o plano de reestruturação é comunicado aos interessados e colaboradores em geral. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para pagar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os activos contingentes são activos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo da Transtejo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando seja virtualmente certo a obtenção de benefícios futuros.

4.20. Subsídios e apoios do Governo

A Transtejo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são reconhecidos inicialmente na rubrica de Passivo "Proveitos Diferidos", sendo subsequentemente creditados na Demonstração do rendimento integral separada numa base pro-rata da depreciação dos activos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração do rendimento integral separada, no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados (contrapartidas das obrigações assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

A Transtejo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente foram reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, resultante do sistema Intermodal andante passe escolar "4_18@" e "sub_23".

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto, o valor do subsídio a amortizar pelo período da vida útil do financiamento.

4.21. Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente aos quais a Transtejo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os custos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na Demonstração do rendimento integral, no período a que dizem respeito,

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a Transtejo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Transtejo tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração do rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

4.22. Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros, são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, a Transtejo terá de registar os passivos pelo valor presente.

As rubricas de "Outras contas a pagar" não correntes são valorizadas ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

4.23. Especialização de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

4.24. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da actividade da Transtejo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da Transtejo refere-se essencialmente à prestação de serviços de transporte fluvial a passageiros e viaturas. A contraprestação recebida pela prestação destes serviços resulta das seguintes transacções:

i) Venda de bilhetes nas estações;
ii) Venda de passes exclusivos Transtejo, ou passes combinados com outros operadores de transportes (ex: CP, ML e TST)

Quanto ao reconhecimento dos diferentes réditos, respectivamente:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são emitidos;
ii) O rédito da venda de passes exclusivos Transtejo é reconhecido no mês a que respeita a venda/ carregamento do título de transporte. Já o rédito da venda de passes combinados é reconhecido após a repartição da receita mensal, efectuada pelo IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, de acordo com as quotas fixadas para os diversos operadores de transportes da área da Grande Lisboa. Esta entidade é responsável pela regulação do sector dos transportes, sendo responsável pela definição das tarifas, ou seja, definições dos serviços de transporte praticados pela Transtejo.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando: i) o serviço de transporte é prestado; ii) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e ii) seja provável que benefícios económicos fluam para a Transtejo. Assim, o rédito é reconhecido na demonstração do rendimento integral no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do exercício (pró-rata no caso dos passes mensais).

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

4.25. Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7 - 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do recurso ao método directo.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) actividades operacionais; (b) actividades de financiamento; e (c) actividades de investimento.

As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos.

Os fluxos de caixa classificados nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de financiamentos obtidos, pagamento de rendas de locações e juros e despesas relacionadas.

Os fluxos de caixa relativos às actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de activos fixos tangíveis, e ainda a remuneração de equivalentes de caixa e o pagamento dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

4.26. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de fecho que afectem o valor dos activos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. No caso de se verificarem eventos após a data de fecho, que correspondam a transacções do exercício seguinte mas que sejam significativos, estes devem ser divulgados nas Demonstrações financeiras separadas.

4.27. Segmentos operacionais

A Transtejo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das actividades da empresa e a afectação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efectuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

5 Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

5.1 Factores do risco financeiro

As actividades da Transtejo estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: i) riscos de mercado (ex: risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro); ii) risco de crédito; e iii) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Empresa, sendo a análise da evolução dos mercados efectuada em consonância com tais políticas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Transtejo enfrenta, para definir limites de risco e os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às actividades da empresa.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direcção Financeira com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Direcção Financeira identifica, avalia e remete à aprovação pelo

Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Transtejo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

5.1.1 - Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

A actividade operacional da Transtejo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transacções são mantidas na moeda funcional da Empresa, o euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade da Transtejo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.

b) Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas da Transtejo o custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.

O Empréstimo obrigacionista emitido com taxa variável expõe a Transtejo ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações nas taxas de juro do mercado.

O objectivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado. Como medida de contenção dos efeitos provocados por oscilações das taxas de juro no mercado, a Transtejo contratou duas operações de cobertura dos riscos de taxa de juro. Uma assume a natureza de *swap* de taxa de juro, tendo sido contratada junto do BPI, sendo que a segunda corresponde a um *collar* de taxa de juro, contratada junto do Barclays Bank. Estas operações permitem à Transtejo reduzir os impactos financeiros de eventuais oscilações da taxa de juro dos financiamentos negociados.

A Transtejo efectua a análise da sua exposição ao risco de taxa de juro numa base dinâmica. São utilizados diversos cenários, através dos quais a Transtejo calcula o impacto em custos e proveitos derivado de flutuações da taxa de juro. A Transtejo possui a 31 de Dezembro de 2010 descobertos bancários, contas correntes caucionadas, empréstimos obrigacionistas emitidos e instrumentos financeiros derivados (*swaps* e *collar* de taxa de juro) no valor de 106.644.931,89€ (31 de Dezembro de 2009: 89.592.796,96€), contraídos junto da Banca Nacional e Internacional, os quais são remunerados a uma taxa variável Euribor de 1 a 3 meses, acrescida de *spreads* que podem atingir um tecto de 300 pontos base (3,00%).

Análise da sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro

Foi efectuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total da Transtejo, subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

31 de Dezembro de 2009:

Tendo por referência a dívida líquida da Transtejo em 31 de Dezembro de 2009, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 248.709,62 euros.

31 de Dezembro de 2010

Tendo por referência a dívida líquida da Transtejo em 31 de Dezembro de 2010, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 580.284,44 euros.

5.1.2 - Risco de crédito

O risco de crédito da Transtejo existe para os saldos a receber de Outros devedores, uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebido antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores a receber/ a pagar mensais são monitorizados pelo regulador dos transportes o IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de Outros devedores estes resultam maioritariamente de transacções pontuais, contudo existem saldos a receber das actividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pela Transtejo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das actividades dos arrendatários.

As perdas de imparidade registadas em 2010 foram imateriais, correspondendo a 0,706% de proveitos operacionais (2009: 0%). A Nota 18 demonstra a análise de contas a receber e perdas de imparidade acumuladas.

5.1.3 - Risco de liquidez

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os activos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direcção Financeira, que tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A Transtejo pretende assim garantir a disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como o recurso a diversas instituições financeiras e métodos de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber, e pela manutenção de linhas de crédito acordadas entre a Transtejo e as suas entidades bancárias financiadoras.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Transtejo, e os derivados financeiros pelo líquido, por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais não descontados:

31 de Dezembro de 2010	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos não correntes			
Empréstimo Obrigacionista	695.375,69	2.783.407,92	56.047.826,39
Derivados de Cobertura Passivos	1.397.142,89	3.036.021,63	428.534,78
Outros passivos não correntes	-	12.502.601,63	-
Financiamento obtidos correntes			
Descobertos Bancários	20.097.016,34	-	-
Contas Correntes Caucionadas	27.541.394,00	-	-
Fornecedores	2.517.659,41	-	-
Outras contas a pagar	2.543.190,60	-	-
Outros passivos correntes	1.594.812,47	-	-

31 de Dezembro de 2009	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos não correntes			
Empréstimo Obrigacionista	1.129.776,39	2.825.988,61	55.899.178,19
Derivados de Cobertura Passivos	2.083.326,95	2.695.157,52	239.152,32
Outros passivos não correntes	-	13.002.601,63	-
Financiamento obtidos correntes			
Descobertos Bancários	13.193.160,61	-	-
Contas Correntes Caucionadas	17.943.200,00	-	-
Fornecedores	1.789.144,40	-	-
Outras contas a pagar	7.399.529,30	-	-
Outros passivos correntes	1.415.964,00	-	-

5.2 Gestão do risco de capital

O objectivo da Transtejo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital óptima, através de uma utilização prudente de dívida e mantendo um *rating* de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de factores como: i) as necessidades de investimento em activos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iii) as necessidades de financiamento da exploração.

6 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras separadas da Transtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

6.1 Provisões

A Transtejo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A Transtejo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências (Nota 23).

6.2 Depreciações

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração do rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector ao nível internacional.

6.3 Ajustamento das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos Outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efectivo a incorrer.

6.4 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Transtejo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Transtejo.

No entanto, tendo em conta a estrutura accionista do Grupo Transtejo e a natureza dos serviços prestados, a determinação da existência de imparidade não é expectável.

6.5 Justo valor de activos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado activo, sendo essa a realidade de alguns activos e passivos financeiros da Transtejo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

A Transtejo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, como sejam derivados e activos disponíveis para venda. Os modelos de valorização mais usuais são modelos de fluxos de caixa descontados, os quais incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

No caso dos instrumentos financeiros derivados, a Transtejo aplica a valorização que lhe é disponibilizada por entidades bancárias independentes, suportando-se em pressupostos de acrodo com as características das naturezas dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* e *collar* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de Dezembro de 2010.

7 Segmentos operacionais

A Transtejo detém apenas um segmento operacional, o qual consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre as margens norte e sul do rio Tejo. Consequentemente a Transtejo não preparou informação financeira específica para reporte.

8 Activos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2009									
Custo de aquisição	44.996,79	15.821.505,94	56.493.072,87	324.581,33	174.200,03	910.094,51	792.020,78	4.946.070,84	79.506.543,09
Depreciações acumuladas	-	(4.342.456,29)	(48.184.888,83)	(296.399,73)	(158.466,21)	(837.313,82)	(678.550,70)	-	(54.498.075,58)
Valor líquido	**44.996,79**	**11.479.049,65**	**8.308.184,04**	**28.181,60**	**15.733,82**	**72.780,69**	**113.470,08**	**4.946.070,84**	**25.008.467,51**
31 de Dezembro de 2009									
Adições	-	10.910.305,77	3.302.045,65	-	7.221,35	30.483,14	18.845,34	5.022.705,30	19.291.606,55
Alienações	-	-	(1.055.103,57)	-	(323,11)	(2.890,51)	(1.468,07)	-	(1.059.785,26)
Transferências e abates	-	250.103,88	980.570,85	-	-	-	183.444,59	(1.414.119,32)	-
Depreciação - período	-	(485.974,76)	(2.421.178,44)	(16.613,92)	(7.821,86)	(31.469,93)	(65.201,94)	-	(3.028.260,85)
Depreciação - alienações	-	-	1.050.054,57	-	323,11	2.890,51	1.468,07	-	1.054.736,26
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	10.674.434,89	1.856.389,06	(16.613,92)	(600,51)	(986,79)	137.087,99	3.608.585,98	16.258.296,70
31 de Dezembro de 2009									
Custo de aquisição	44.996,79	26.981.915,59	59.720.585,80	324.581,33	181.098,27	937.687,14	992.842,64	8.554.656,82	97.738.364,38
Depreciações acumuladas	-	(4.828.431,05)	(49.556.012,70)	(313.013,65)	(165.964,96)	(865.893,24)	(742.284,57)	-	(56.471.600,17)
Valor líquido	**44.996,79**	**22.153.484,54**	**10.164.573,10**	**11.567,68**	**15.133,31**	**71.793,90**	**250.558,07**	**8.554.656,82**	**41.266.764,21**

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2010									
Custo de aquisição	44.996,79	26.981.915,59	59.720.585,80	324.581,33	181.098,27	937.687,14	992.842,64	8.554.656,82	97.738.364,38
Depreciações acumuladas	-	(4.828.431,05)	(49.556.012,70)	(313.013,65)	(165.964,96)	(865.893,24)	(742.284,57)	-	(56.471.600,17)
Valor líquido	**44.996,79**	**22.153.484,54**	**10.164.573,10**	**11.567,68**	**15.133,31**	**71.793,90**	**250.558,07**	**8.554.656,82**	**41.266.764,21**
31 de Dezembro de 2010									
Adições	-	-	-	15.944,88	2.067,22	24.281,29	-	3.183.316,50	3.225.609,89
Alienações	-	-	-	(129.887,87)	-	-	-	-	-129.887,87
Transferências e abates	-	286.554,36	-	-	-	-	-	(286.554,36)	0,00
Depreciação - período	-	(674.099,91)	(2.758.684,30)	(9.770,07)	(6.083,89)	(32.672,47)	(63.747,43)	-	-3.545.058,07
Depreciação - alienações	-	-	-	129.887,87	-	-	-	-	129.887,87
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Valor líquido	-	(387.545,55)	(2.758.684,30)	6.174,81	(4.016,67)	(8.391,18)	(63.747,43)	2.896.762,14	(319.448,18)
31 de Dezembro de 2010									
Custo de aquisição	44.996,79	27.268.469,95	59.720.585,80	210.638,34	183.165,49	961.968,43	992.842,64	11.451.418,96	100.834.086,40
Depreciações acumuladas	-	(5.502.530,96)	(52.314.697,00)	(192.895,85)	(172.048,85)	(898.565,71)	(806.032,00)	-	(59.886.770,37)
Valor líquido	**44.996,79**	**21.765.938,99**	**7.405.888,80**	**17.742,49**	**11.116,64**	**63.402,72**	**186.810,64**	**11.451.418,96**	**40.947.316,03**

A rubrica de Equipamento básico a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 compreende, essencialmente, embarcações de transporte náutico fluvial de passageiros no montante líquido de 4.207.750,30€ (em 2009: 5.697.451€).

Adições

2010:

Os aumentos registados de Activos fixos tangíveis durante o período de 2010, referem-se, essencialmente, à rubrica de Activos em curso e diz respeito a:

- Continuação da construção de dois novos ferryboats, em Aveiro, na Navalria – Docas, Construções e Reparações Navais, S.A. conforme contrato assinado em 25 de Novembro de 2008, no montante de 2.896.732 euros.
- Reforço do sistema e dos equipamentos de bilhética, no montante de 48.070 euros.

2009:

As rubricas de "Edifícios e outras construções" e "Equipamento básico" sofreram aumentos consideráveis, como consequência da celebração do protocolo de transferência de responsabilidades técnicas e financeiras sobre o Terminal Fluvial do Cais do Sodré, entre a Transtejo e a Metro de Lisboa, ao abrigo do Despacho nº 75-XII/92 do Senhor Secretário de Estado dos Transportes, que incumbiu a segunda com o estudo, concepção e construção do interface do Cais do Sodré. A despesa de investimento comunicada pela Metro de Lisboa divide-se em 10.867.343€ pelo Terminal e 3.322.192€ pela obra marítima (pontões).

Abates

2010:

Em 2010 a Transtejo não levou a cabo abates significativos.

2009:

Em 2009 a Transtejo não levou a cabo abates significativos.

Alienações

2010:

As alienações de Activos fixos tangíveis reconhecidos durante o período de 2010, englobam 129.887,87€, sendo que os valores mais significativos respeitam à alienação de 4 viaturas.

2009:

Em 2009 a Transtejo alienou a embarcação "Moscavide", juntamente com acessórios e outros equipamentos necessários à sua navegação, tendo a transacção gerado uma mais-valia de 50.150€ (valor bruto e amortizações acumuladas na ordem dos 1.057.732€).

Activos em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Activos em Curso" referem-se aos seguintes projectos:

Descrição	2010	2009
Projecto construção novos *ferryboats*	11.451.418,96	8.554.656,82
	11.451.418,96	8.554.656,82

Projecto construção novos *ferryboats:*

A aquisição de duas novas embarcações de classe *ferry*, com o objectivo de substituir dois dos navios mais antigos da frota Transtejo, o "Alentejense" e o "Eborense", em fase de execução nos estaleiros navais da Navalria – Docas, Construções e Reparações Navais, S.A., em Aveiro, conforme contrato assinado em 25 de Novembro de 2008, prosseguiu, registando-se atrasos nos prazos de entrega inicialmente estabelecidos.

O valor de adiantamentos realizado em 2010 ascendeu a 2.896.762,14€ (2009: 4.250.690€). Face aos atrasos de execução acima referidos a Transtejo emitiu notas de débito no valor de 2.786.000€ (2009: 0€), penalizações previstas na cláusula nº14 do contrato de construção (ver Nota 36).

Durante o período de 2010 a Transtejo não capitalizou quaisquer encargos financeiros com empréstimos, por não existirem activos qualificáveis em curso iniciados após 1 de Janeiro de 2009.

As transferências de Activos em curso para Activos fixos tangíveis ocorridas em 2010 referem-se essencialmente a:

- Beneficiação do Terminal de Cacilhas I: 136.024,23€
- Beneficiação da Estação do Porto de Brandão: 150.530,13€

Em 2009 as principais transferências resultam da conclusão das beneficiações do navio "Sintrense" (263.584€), conclusão do projecto de instalação de sistemas de videovigilância em todos os terminais da Transtejo (158.249€) e do projecto de bilhética e controlo de acessos (716.987€).

No período findo em 31 de Dezembro de 2010 o valor líquido dos activos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeiras é como segue:

Locações financeiras	2010	2009
Equipamento transporte		
Valor bruto	23.135,38	23.135,38
Depreciações acumuladas	(14.962,39)	(9.178,54)
	8.172,99	**13.956,84**

9 Activos Intangíveis

O valor dos Activos intangíveis refere-se ao software adquirido para suporte das actividades da Transtejo (ERP Empresa e licenças). A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Software	Intangíveis em curso	Total
A 1 de Janeiro de 2009			
Custo de aquisição	275.161,72	103.500,00	378.661,72
Amortizações acumuladas	(275.020,02)	-	(275.020,02)
Valor líquido	**141,70**	**103.500,00**	**103.641,70**
Adições	-	256.241,00	256.241,00
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-
Amortização - exercício	(141,70)	-	(141,70)
Amortização - alienações	-	-	-
Valor líquido	0,00	**359.741,00**	**359.741,00**
31 de Dezembro de 2009			
Custo de aquisição	275.161,72	359.741,00	634.902,72
Amortizações acumuladas	(275.161,72)	-	(275.161,72)
Valor líquido	-	**359.741,00**	**359.741,00**

	Software	Intangíveis em curso	Total
A 1 de Janeiro de 2010			
Custo de aquisição	275.161,72	359.741,00	634.902,72
Amortizações acumuladas	(275.161,72)	-	(275.161,72)
Valor líquido	-	**359.741,00**	**359.741,00**
Adições	-	48.070,00	48.070,00
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-
Amortização - exercício	-	-	-
Amortização - alienações	-	-	-
Valor líquido	-	**407.811,00**	**407.811,00**
31 de Dezembro de 2010			
Custo de aquisição	275.161,72	407.811,00	682.972,72
Amortizações acumuladas	(275.161,72)	-	(275.161,72)
Valor líquido	-	**407.811,00**	**407.811,00**

Em 2010 encontrava-se ainda em fase de implementação a nova plataforma tecnológica de sistemas de informação (novo ERP Transtejo), conforme contrato celebrado em 31 de Dezembro de 2008 com a Unit4Agresso Portugal – Unipessoal, Lda, ascendendo o projecto em curso a 407.811€.

10 Investimentos em subsidiárias

Esta rubrica respeita à participação detida na empresa Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., sendo apresentado abaixo detalhes das demonstrações financeiras desta entidade:

						2009	
Empresa	Activo	Passivo	Capital Próprio	Rédito	Resultado Liquido	%	Montante
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, SA	39.346.544,60	52.693.678,63	(13.347.134,03)	6.848.055,26	(3.383.917,06)	100%	-

						2010	
Empresa	Activo	Passivo	Capital Próprio	Rédito	Resultado Liquido	%	Montante
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, SA	37.284.520,25	52.944.210,87	(15.659.690,62)	6.710.928,42	(3.138.288,67)	100%	-

Dado que a Transtejo, detém 100% do capital da Soflusa e esta apresenta uma situação líquida negativa, a Transtejo reconhece a responsabilidade assumida como uma provisão no valor de 16.839.1853,76€ (em 2009: 13.626.339,96 euros) (Nota 23).

11 Interesses em empreendimentos conjuntos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os movimentos da rubrica de "Interesses em empreendimentos conjuntos" foram os seguintes:

	2010	2009
1 de Janeiro	**19.951,92**	**19.951,92**
Aquisições de empreendimentos conjuntos	-	-
Resultado período	-	9.744,21
Transferências para filiais	-	-
Outros ganhos/perdas	(9.975,96)	-
Outros movimentos no Capital	-	-
Dividendos recebidos	-	(9.744,21)
31 de Dezembro	**9.975,96**	**19.951,92**

O detalhe de "Interesses em empreendimentos conjuntos" é o seguinte:

Entidade	% detida	2010	2009
Ambelis, S.A.	4,99%	-	9.975,96
Otlis, ACE	14,29%	9.975,96	9.975,96
Total		**9.975,96**	**19.951,92**

A "Ambelis, S.A." é a agência municipal ligada à autarquia da cidade de Lisboa (sociedade sem fins lucrativos) que visa o desenvolvimento de projectos estratégicos para a modernização da cidade de

Lisboa. Em 2010, a empresa foi declarada insolvente, tendo sido constituída a perda por imparidade deste investimento.

A "Otlis, A.C.E." é responsável pela coordenação dos projectos de bilhética sem-contacto dos operadores de transportes da Área Metropolitana de Lisboa.

12 Activos e passivos financeiros por categoria

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39, foram aplicadas aos seguintes activos e passivos financeiros:

31.12.2009	Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos/ Passivos financeiros ao justo valor	Outros Activos/ Passivos financeiros	Activos/ Passivos não financeiros	Total
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	259.937,42	-	-	-	-	259.937,42
Outros activos financeiros	-	531,96	-	-	-	531,96
Clientes	40.664,14	-	-	-	-	40.664,14
Outras contas a receber	2.031.304,95	-	-	-	958.276,45	2.989.581,40
Empréstimos concedidos	10.670.834,15	-	-	-	-	10.670.834,15
Outros activos correntes		-	-	-	492.065,21	492.065,21
Total activos	**13.002.740,66**	**531,96**	**-**	**-**	**1.450.341,66**	**14.453.614,28**
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(86.508.242,08)	-	(86.508.242,08)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(3.456.436,35)	-	-	(3.456.436,35)
Fornecedores	-	-	-	(1.789.144,40)	-	(1.789.144,40)
Outras contas a pagar	-	-	-	(21.074.815,93)	(234.867,15)	(21.309.683,08)
Outros passivos correntes	-	-	-	(122.770,76)	(2.449.440,64)	(2.572.211,40)
Total passivos	**-**	**-**	**(3.456.436,35)**	**(109.494.973,17)**	**(2.684.307,79)**	**(115.635.717,31)**

31.12.2010	Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos/ Passivos financeiros ao justo valor	Outros Activos/ Passivos financeiros	Activos/ Passivos não financeiros	Total
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	159.785,68	-	-	-	-	159.785,68
Outros activos financeiros	-	531,96	-	-	-	531,96
Clientes	93.662,13	-	-	-	-	93.662,13
Outras contas a receber	3.324.911,09	-	-	-	342.516,83	3.667.427,92
Empréstimos concedidos	11.977.756,80	-	-	-	-	11.977.756,80
Outros activos correntes	-	-	-	-	457.418,38	457.418,38
Total activos	**15.556.115,70**	**531,96**	**-**	**-**	**799.935,21**	**16.356.682,87**
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(103.146.868,49)	-	(103.146.868,49)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(4.006.521,55)	-	-	(4.006.521,55)
Fornecedores	-	-	-	(2.517.659,41)	-	(2.517.659,41)
Outras contas a pagar	-	-	-	(15.045.864,23)	(234.790,96)	(15.280.655,19)
Outros passivos correntes	-	-	-	(128.035,33)	(2.412.086,64)	(2.540.121,97)
Total passivos	**-**	**-**	**(4.006.521,55)**	**(120.838.427,46)**	**(2.646.877,60)**	**(127.491.826,61)**

13 Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os movimentos da rubrica de "Outros activos financeiros" foram os seguintes:

Entidade	% detida	2010	2009
Comundo - Consórcio Mundial de Exportação e Importação, S.A.	0,00%	35,91	35,91
Obrigações do Tesouro	-	496,05	496,05
Total		**531,96**	**531,96**

Quer a participação na Comundo quer as Obrigações do Tesouro tratam-se de activos financeiros sem relevância, herdados em 1975, das empresas cuja nacionalização esteve na origem da constituição da Transtejo.

14 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	2010	2009
Combustíveis	113.178,52	82.928,74
Lubrificantes	26.819,82	38.310,05
Materiais de consumo	21.337,91	25.405,43
Bilhetes	103.606,09	179.298,54
Sobresselentes	778.919,58	735.031,63
Materiais para reparações	121.061,11	126.268,64
	1.164.923,03	1.187.243,03
Ajustamentos a inventários	(465.056,16)	(224.180,48)
Total inventários	**699.866,87**	**963.062,55**

O saldo de inventários compreende combustíveis e lubrificantes a consumir pelas embarcações fluviais, assim como itens sobresselentes e artigos de reparação para eventuais intervenções periódicas e/ou pontuais que os navios possam vir a sofrer.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2010, como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 3.533.362,24€ (em 2009: 3.070.626,81€).

Imparidade de inventários

	2010	2009
A 1 de Janeiro	**224.180,48**	**73.365,82**
Aumentos	242.291,61	150.814,66
Utilizações	-	-
Reduções	(1.415,93)	-
A 31 de Dezembro	**465.056,16**	**224.180,48**

A variação ocorrida na rubrica de "Imparidade de inventários" ficou a dever-se a ajustamentos efectuados nos inventários que são considerados "monos", no montante de 240.875,68€ foi registado na Demonstração do rendimento integral na rubrica de "Ajustamentos de Inventários".

15 Clientes

No período findo em 31 de Dezembro de 2010, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo	-	-	-	-	-	-
Clientes - terceiros i)	93.662,13	-	93.662,13	40.664,14	-	40.664,14
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
	93.662,13	-	93.662,13	40.664,14	-	40.664,14
Ajustamento clientes	-	-	-	-	-	-
Total Clientes	**93.662,13**	**-**	**93.662,13**	**40.664,14**	**-**	**40.664,14**

i) Clientes – terceiros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes de protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc).

16 Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC tem a seguinte composição:

	2010	2009
Imposto a recuperar	33.902,90	73.912,51
Imposto a pagar	(7.644,32)	(4.882,11)
Total	**26.258,58**	**69.030,40**
Estimativa de imposto a pagar	(7.644,32)	(4.882,11)
Retenções na fonte de terceiros	33.902,90	73.912,51
	26.258,58	**69.030,40**

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2010	2009
Imposto corrente	(7.644,32)	(4.882,11)
	(7.644,32)	**(4.882,11)**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/ inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A Empresa não reconhece os impostos diferidos activos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria colectável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

A Transtejo é tributada em sede de IRC – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25% (2009: 25%), acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% (2009: 1,5%) e derrama estadual à taxa de 2,5% (2009: 0%), esta última introduzida pela Lei nº12-A/2010, sendo esta aplicável à parte do lucro tributável superior a 2.000.000€. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ter uma natureza temporária ou definitiva.

Nos períodos de 2010 e 2009, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto, é como segue:

	2010	2009
Resultado antes de imposto	**(12.501.615,23)**	**(17.017.175,99)**
Taxa nominal de imposto	26,5%	26,5%
Imposto esperado		-
Diferenças permanentes i)	7.644,32	4.882,11
Imposto sobre o rendimento do exercício	**7.644,32**	**4.882,11**
Taxa efectiva de imposto	0,06%	0,03%
Imposto corrente	7.644,32	4.882,11
Imposto diferido	-	-
	7.644,32	**4.882,11**

i) Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as diferenças permanentes referem-se à tributação autónoma.

17 Empréstimos concedidos

O detalhe das rubricas de Empréstimos concedidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimo concedido	11.977.756,80	-	11.977.756,80	10.670.834,15	-	10.670.834,15
	11.977.756,80	**-**	**11.977.756,80**	**10.670.834,15**	**-**	**10.670.834,15**

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se ao empréstimo concedido pela Transtejo à sua subsidiária Soflusa. Trata-se de uma operação financeira de curto-prazo, vencendo juros à taxa Euribor 1M + *spread* variável (menor dos *spreads* suportados pela Transtejo nas suas operações de financiamento).

O valor contabilístico do empréstimo é como segue:

	Valor contabilístico		Justo valor	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Empréstimo concedido	11.977.756,80	10.670.834,15	11.977.756,80	10.670.834,15
	11.977.756,80	**10.670.834,15**	**11.977.756,80**	**10.670.834,15**

18 Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

		2010			2009		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
EOEP	i)	342.516,82	-	342.516,82	958.276,45	-	958.276,45
Outros devedores	ii)	4.343.062,55	-	4.343.062,55	2.747.723,20	-	2.747.723,20
Pessoal		106.189,88	-	106.189,88	64.933,26	-	64.933,26
Ajustamentos		(1.124.341,34)	-	(1.124.341,34)	(999.414,96)	-	(999.414,96)
Outras contas a receber		**3.667.427,91**	**-**	**3.667.427,91**	**2.771.517,95**	**-**	**2.771.517,95**

i) Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte decomposição:

	2010		2009	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IVA - Imposto s/ valor acrescentado	327.055,61	-	958.276,45	-
IRS - Imposto s/ rendimento	-	70.046,46	-	65.663,11
Contribuições p/ segurança social	-	164.682,70	-	168.733,24
Outros	15.461,22	61,80	-	470,80
	342.516,83	**234.790,96**	**958.276,45**	**234.867,15**

A 31 de Dezembro de 2010 a Empresa havia solicitado um reembolso de IVA na ordem dos 327.055,61€, o qual, até à data, ainda não foi liquidado pelas autoridades fiscais. Em 2009 a Empresa havia solicitado um reembolso de IVA na ordem dos 958.276,45€, o qual foi liquidado pelas autoridades fiscais a 30 de Abril de 2010.Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (encargos sociais colaboradores), e ainda retenções de impostos s/ rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

ii) Outros devedores

No período findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

		2010			2009		
		Valor bruto	Imparidade	Total	Valor bruto	Imparidade	Total
Subsídio/ Metro - FEDER	a)	1.082.306,54	-	1.082.306,54	1.082.306,54	-	1.082.306,54
Metropolitano de Lisboa, EP	b)	1.034.706,16	(998.945,95)	35.760,21	1.024.179,51	(787.442,17)	236.737,34
Actual	c)	216.275,83	(125.395,39)	90.880,44	215.153,61	(211.972,79)	3.180,82
Navalria	d)	1.393.227,48	-	1.393.227,48	-	-	-
Outros (< 100.000 €)		616.546,54	-	616.546,54	644.146,99	-	644.146,99
Total		**4.343.062,55**	**(1.124.341,34)**	**3.218.721,21**	**2.965.786,65**	**(999.414,96)**	**1.966.371,69**

a) Com a celebração do protocolo entre a Transtejo e a Metropolitano de Lisboa em 2009 (transmissão da responsabilidade técnica pelo Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra marítima adjacente) foi transmitido à Transtejo o reconhecimento ao direito a receber um subsídio comunitário no montante de 1.082.306,54€ que ainda se encontra em fase de aprovação por parte do FEDER. Não foi realizada a actualização dado não ser considerado materialmente relevante o seu efeito;

b) Este saldo refere-se a transacções realizadas entre a Transtejo e a Metro Lisboa. O valor mais significativo refere-se à re-facturação dos encargos com beneficiações de pontões, a título de comparticipação, após um incidente com as obras do Terreiro do Paço que remonta a Dezembro de 2001. A 31 de Dezembro de 2010 esta situação continua pendente de resolução pelo que se forçou o ajustamento por imparidade;

c) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração nas instalações do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, as quais se encontram ajustadas por imparidade para o período de Outubro de 2005 e finais de 2007, por se encontrar processo judicial em curso instaurado pela Transtejo (ver Nota 23 – Provisões). A 31 de Dezembro de 2010 esta situação alterou-se tendo o tribunal condenado a Actual a pagar à Empresa a quantia de 125.395,39€ e a Transtejo a pagar à Actual a quantia de 15.266,52€ acrescida de juros de mora, bem como a pagar o lucro por aquela esperado em Dezembro de 2006;

d) Este saldo refere-se ao débito efectuado pela penalidade contratual (previsto na cláusula 14ª, nº1, do Contrato para construção de dois navios para o transporte de 360 passageiros sentados e 29 veículos automóveis ou equivalentes).

iii) Pessoal

Esta rubrica é essencialmente constituída por adiantamentos de valores aos colaboradores, a título de posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros.

19 Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Transtejo tem registado na rubrica de Outros activos correntes os seguintes saldos:

		2010	2009
Indemnizações a receber de seguradoras	i)	156.084,88	190.869,19
Juros a receber	ii)	-	173.784,75
Direcção Geral do Tesouro	iii)	199.867,74	64.418,77
Caixa Geral de Depósitos		298,29	96,66
Acréscimos de rendimentos		**356.250,91**	**429.169,37**
Turismo - Artigos para venda	iv)	21.048,91	21.301,19
Outros		80.118,56	41.594,65
Gastos diferidos		**101.167,47**	**62.895,84**
		457.418,38	**492.065,21**

Em acréscimos de rendimentos encontram-se essencialmente:

i) Especializações de regularizações e indemnizações de sinistros a receber, em consequência de incidentes e sinistralidades ocorridos com a frota náutica da Empresa (estimativa do valor recuperável de participações de sinistros à companhia de seguros Império – Bonança);

ii) Este montante diz respeito à especialização dos juros a receber do *swap* do Barclays

iii) Em 2010 e 2009 a Transtejo possuía um valor a receber da sua accionista única referente a indemnizações da compensação dos passes 4_18 e sub23.

iv) O saldo em causa refere-se essencialmente a bens para posterior venda no circuito de turismo.

Os gastos diferidos referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

20 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2010	2009
Caixa	93.029,33	75.901,47
Depósitos bancários	66.756,35	184.035,95
Caixa e equivalentes de caixa	**159.785,68**	**259.937,42**

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa individual para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Numerário		
- Caixa	93.029,33	75.901,47
	93.029,33	**75.901,47**
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	66.756,35	184.035,95
	66.756,35	**184.035,95**
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	**159.785,68**	**259.937,42**
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total Caixa e equivalentes de caixa	**159.785,68**	**259.937,42**

21 Capital

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Transtejo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 10.600.000 acções com o valor nominal de 5 euro cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	Número de acções	Capital Social
	10.600.000	53.000.000,00
Capital Social	**10.600.000**	**53.000.000,00**

As acções representativas do capital são detidas integralmente pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças.

A Transtejo não possui quaisquer acções próprias em carteira à data de 31 de Dezembro de 2010.

22 Outras reservas e resultados transitados

As Outras reservas e os Resultados transitados registaram os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	Reserva de Cobertura	Resultados Transitados	Total
1 de Janeiro de 2009	**(2.776.689,00)**	**(107.855.777,52)**	**(110.632.466,52)**
Adições	(679.747,35)	(20.680.099,42)	(21.359.846,77)
Regularização por resultados	-	-	-
Alienações	-	-	-
31 de Dezembro de 2009	**(3.456.436,35)**	**(128.535.876,94)**	**(131.992.313,29)**
Adições	(550.085,20)	(17.022.058,10)	(17.572.143,30)
Regularização por resultados	-	-	-
Alienações	-	-	-
31 de Dezembro de 2010	**(4.006.521,55)**	**(145.557.935,04)**	**(149.564.456,59)**

Reserva de Cobertura

O saldo da Reserva de cobertura resulta do registo dos instrumentos financeiros derivados conforme Nota 25 – Instrumentos financeiros derivados.

Resultados Transitados

Por deliberação da Assembleia Geral da Transtejo, de 28 de Outubro de 2010, os prejuízos do exercício foram transferidos integralmente para resultados transitados.

Na rubrica de resultados transitados encontra-se ainda registado o impacto resultante da transição do POC para as IFRS conforme divulgado na **Nota 2.4** – Adopção pela primeira vez das IFRS.

23 Provisões

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a evolução registada na rubrica de provisões é como segue:

	Processos judiciais	Outros riscos e encargos	Total
A 1 de Janeiro de 2009	**651.943,68**	**13.499.875,59**	**14.151.819,27**
Dotação	65.000,00	5.005.942,53	5.070.942,53
Utilização	(18.000,00)	-	(18.000,00)
Reclassificações	-	(4.667.803,00)	(4.667.803,00)
Reversão	(107.312,00)	(61.109,00)	(168.421,00)
A 31 de Dezembro de 2009	**591.631,68**	**13.776.906,12**	**14.368.537,80**
Saldo corrente	-	-	-
Saldo não corrente	591.631,68	13.776.906,12	14.368.537,80
	591.631,68	**13.776.906,12**	**14.368.537,80**

	Processos judiciais	Outros riscos e encargos	Total
A 1 de Janeiro de 2010	**591.631,68**	**13.776.906,12**	**14.368.537,80**
Dotação	298.901,20	2.387.112,76	2.686.013,96
Utilização	(29.500,00)	-	(29.500,00)
Reclassificações	-	-	-
Reversão	(288.266,36)	-	(288.266,36)
A 31 de Dezembro de 2010	**572.766,52**	**16.164.018,88**	**16.736.785,40**
Saldo corrente	-	-	-
Saldo não corrente	572.766,52	16.164.018,88	16.736.785,40
	572.766,52	**16.164.018,88**	**16.736.785,40**

Foram reconhecidos na Demonstração do rendimento integral 2.397.748,05€ (em 2009: 4.902.521,53€) de dotações e reversões de provisões.

i) Processos Judiciais

Os processos judiciais em curso referem-se maioritariamente: a) processos laborais com ex-colaboradores; b) processos instaurados por terceiros lesados na prestação de serviços de transporte pelos navios da Transtejo; c) processos com seguradoras relativos a pedidos de indemnização.

A reversão registada em 2009 resultou da eliminação do risco relativo a dois processos judiciais em curso (declaração de incompetência do Tribunal para apreciação de acção de condenação e fixação do valor final de uma indemnização reclamada).

ii) Outros Riscos e Encargos

O detalhe da Provisão para outros riscos e encargos é como segue:

Outros riscos e encargos		01.01.09	Aumentos	Reversões	Reclassif.	31.12.09
FBM Marine Ltd	a)	150.565,73	-	-	-	150.565,73
Soflusa, SA	b)	10.215.053,86	4.455.966,53	-	(1.044.680,00)	13.626.340,39
Terminal Cais do Sodré (rendas)	c)	3.134.256,00	549.976,00	(61.109,00)	(3.623.123,00)	-
		13.499.875,59	**5.005.942,53**	**(61.109,00)**	**(4.667.803,00)**	**13.776.906,12**

Outros riscos e encargos		01.01.10	Aumentos	Reversões	Reclassif.	31.12.10
FBM Marine Ltd	a)	150.565,73	-	-	-	150.565,73
Soflusa, SA	b)	13.626.340,39	2.387.112,76	-		16.013.453,15
Terminal Cais do Sodré (rendas)	c)	-	-	-	-	-
		13.776.906,12	**2.387.112,76**	**-**	**-**	**16.164.018,88**

a) Saldo relativo a um valor a receber no montante de 218.063€ por conta de Notas de Débito emitidas por acertos nos projectos de construção da frota de catamarãs da Transtejo entre 1995 e 1999;

b) Provisão que reflecte a responsabilidade assumida por conta do investimento financeiro na subsidiária Soflusa.

c) Durante o período de 2009 a Transtejo reclassificou a provisão previamente constituída por conta do valor estimado a pagar de renda pela utilização das instalações administrativas do Terminal do Cais do Sodré. A reclassificação resultou da celebração de protocolo de transferência definitiva do Terminal do Cais do Sodré para a Transtejo, e uma vez que da negociação não resultou expressamente a obrigação de pagar as rendas passadas, mas de um único valor global, considerou-se que o valor provisionado constitui uma subsidiação ao valor dos activos tangíveis reconhecidos, que será reconhecido em resultados, em função da vida útil estimada para o Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra marítima adjacente.

24 Financiamentos Obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	-	55.000.000,00	55.000.000,00	-	55.000.000,00	55.000.000,00
Contas correntes caucionadas	27.541.394,00	-	27.541.394,00	17.943.200,00	-	17.943.200,00
Descobertos bancários	20.097.016,34	-	20.097.016,34	13.193.160,61	-	13.193.160,61
	47.638.410,34	**55.000.000,00**	**102.638.410,34**	**31.136.360,61**	**55.000.000,00**	**86.136.360,61**
Juros a pagar - especialização	508.458,15	-	508.458,15	371.881,47	-	371.881,47
Custos incrementais	-	-	-	-	-	-
	48.146.868,49	**55.000.000,00**	**103.146.868,49**	**31.508.242,08**	**55.000.000,00**	**86.508.242,08**

A Transtejo contratualizou diversas linhas de crédito e descobertos bancários junto da banca nacional, operações financeiras que são remuneradas mensalmente a uma taxa indexante Euribor (entre 1 a 3 meses), acrescida de *spreads* variáveis (entre 1% e 3%).

Estes empréstimos não têm como garantia real atribuída os activos da Transtejo. A Empresa prestou garantias sobre a forma de livranças em branco.

Adicionalmente a Transtejo possui um empréstimo obrigacionista no valor de 55.000.000€, contratado junto do Depfa Bank a 26 de Janeiro de 2007, com uma maturidade de 10 anos que se vence em 1 de Fevereiro de 2017). Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 6 meses com *spread* de 0,02%.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

Os saldos por utilizar e crédito utilizado para cada conta de financiamento são como segue:

	31.12.2010		31.12.2009	
Entidade financiadora	Limite	Montante utilizado	Limite	Montante utilizado
Descobertos bancários				
Millenium BCP	11.000.000,00	10.967.466,00	9.000.000,00	6.228.020,15
BES	5.000.000,00	1.884.374,52	-	-
BPI	7.000.000,00	1.247.382,64	7.000.000,00	1.704.920,69
Barclays	6.000.000,00	5.997.793,18	3.000.000,00	5.260.219,77
	29.000.000,00	**20.097.016,34**	**19.000.000,00**	**13.193.160,61**
Contas correntes caucionadas				
CGD	3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00
BPI	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	3.343.200,00
BPI	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00
BES	5.000.000,00	5.000.000,00	500.000,00	1.100.000,00
BES	5.000.000,00	1.300.000,00	-	-
Finibanco	1.300.000,00	1.245.000,00	-	-
Santander	1.496.394,00	1.496.394,00	-	-
	31.296.394,00	**27.541.394,00**	**19.000.000,00**	**17.943.200,00**

A exposição dos empréstimos do grupo às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais de fixação das taxas, é como segue:

	2010	2009
Até 6 meses	102.638.410,34	86.136.360,61
Entre 6 e 12 meses	-	-
Entre 1 e 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	-	-
	102.638.410,34	**86.136.360,61**

O valor contabilístico e o justo valor dos empréstimos são como segue:

	Valor contabilístico		Justo valor	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Empréstimos obrigacionistas	55.000.000,00	55.000.000,00	55.000.000,00	55.000.000,00
Contas correntes caucionadas	27.541.394,00	17.943.200,00	27.541.394,00	17.943.200,00
Descobertos bancários	20.097.016,34	13.193.160,61	20.097.016,34	13.193.160,61

O justo valor é calculado pelo método dos Fluxos de caixa descontados, utilizando a taxa de desconto, da data do relato financeiro, de acordo com as características de cada empréstimo. O justo valor dos empréstimos negociados a taxas de juro variáveis aproxima-se ao valor contabilístico dos mesmos.

25 Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados negociados a 31 de Dezembro de 2009 é como segue:

	31.12.2010		31.12.2009	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Swap taxa de juro – não corrente	-	(4.006.521,55)	-	(3.456.436,35)
Swap taxa de juro – corrente	-	-	-	-
	-	(4.006.521,55)	-	(3.456.436,35)

Em 31 de Dezembro de 2009, a Transtejo tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

i) 1 contrato "*swap*" de taxa de juro, contratado pela Transtejo com o objectivo de reduzir o risco de taxa de juro a que se encontra exposta relativamente ao empréstimo obrigacionista no montante de 55 milhões de euros; e

ii) 1 contrato de *"collar"* de taxa de juro, igualmente contratado pela Transtejo com o objectivo de reduzir o risco de taxa de juro a que se encontra exposta, relativamente ao empréstimo obrigacionista de 55 milhões de euros contratado junto do Depfa Bank.

Em 31 de Dezembro de 2010, a Transtejo tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

i) 2 contratos "*swap*" de taxa de juro, contratados pela Transtejo com o objectivo de reduzir o risco de taxa de juro a que se encontra exposta relativamente ao empréstimo obrigacionista no montante de 55 milhões de euros.

O empréstimo obrigacionista foi celebrado a 26 de Janeiro de 2007, com vencimento em 2017, tendo as obrigações sido emitidas em 1 de Fevereiro de 2007.
Através do despacho nº 1478/ 2007 de 29 de Dezembro de 2006 publicado no Diário da República – 2ª Série – Nº 22 de 31 de Janeiro de 2007, foi concedida a garantia do Estado Português. As condições do empréstimo constam da ficha técnica anexa ao referido documento.

Informação detalhada das características e valor dos *"swaps"* e *"collar"* contratados:

Valor de referência	Período de pagamento	Taxas a Receber/ a pagar	Justo valor em 31.12.2010	Justo valor em 31.12.2009
27.500.000	Períodos de contagem de juro: 1 de Fevereiro e 1 de Agosto, com vencimento em 1 de Fevereiro de 2017. Pagamento semestral de juros	Transtejo recebe juros EUR_6M. Paga juros a 4,768%	(3.311.910,90)	(2.877.628,00)
27.500.000	Períodos de contagem de juro: 1 de Fevereiro e 1 de Agosto, com vencimento em 1 de Fevereiro de 2010. Pagamento semestral de juros	Transtejo recebe juros EUR_6M. Paga juros a 4,250%	-	(67.073,60)
27.500.000	Períodos de contagem de juro: 1 de Fevereiro e 1 de Agosto, com vencimento em 1 de Fevereiro de 2013. Pagamento semestral de juros	Transtejo recebe juros a 4,25%. Se EUR_6M superior a 3,75% ou inferior a 2,75% a taxa a pagar será 3,75% e 2,75%, respectivamente. Caso a EUR_6M se encontrar entre 2,75% e 3,75% a taxa a pagar será EUR_6M	(694.610,65)	(511.734,75)
		Saldo devedor		-
		Saldo credor	(4.006.521,55)	(3.456.436,35)

O justo valor dos derivados foi registado em "Instrumentos financeiros derivados" em Passivo Não Corrente, por contrapartida de "Reservas de cobertura", rubrica de Capital Próprio.

O justo valor destes instrumentos foi determinado por entidades bancárias suportando-se em pressupostos de acordo com as características dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* e *collar* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de Dezembro de 2010.

No que se refere à classificação dos derivados negociados como cobertura a Transtejo efectuou os testes de eficácia (prospectivos e retrospectivos) para os *swaps* e *collar* de taxa de juro, não tendo sido apurada qualquer ineficácia. Relativamente aos testes retrospectivos efectuados com referência a 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010, com base no *Dollar Offset Method*, foi observada uma eficácia de 100% em ambas as datas.

26 Outras contas a pagar não correntes

O saldo registado como Outros passivos não correntes refere-se ao montante não corrente a pagar à Metropolitano de Lisboa, E.P.E. por conta transferência do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, para o qual foi estabelecido um plano de pagamentos anuais de 1.000.000€ tendo a Transtejo a faculdade de reduzir para 500.000€ quando as condições económicas o justifiquem.

Os juros que a Metropolitano de Lisboa E.P.E tiver de suportar até ao pagamento integral do saldo serão facturados à Transtejo, razão pela qual esta se encontra a registar a especialização dos mesmos na rubrica de "Outros passivos correntes".

27 Outros passivos não correntes

O detalhe de Outros passivos não correntes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Subsídio ao investimento	22.334.596,45	22.002.905,36
Outros passivos não correntes	**22.334.596,45**	**22.002.905,36**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, na rubrica "Subsídios ao investimento" estão registados os valores recebidos a título de comparticipação do valor de aquisição das novas embarcações, beneficiações de terminais e modernização do sistema de bilhética. Os subsídios foram entregues pela FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e pelo PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central)

Os subsídios são amortizados proporcionalmente às depreciações dos bens subsidiados, correspondendo o saldo desta rubrica à quota-parte que será amortizada para além do período de 12 meses.

Os movimentos ocorridos durante o período foram como segue:

	2010	2009
Saldo inicial	**23.271.214,27**	**13.389.290,43**
Adições do período	1.600.000,00	10.837.609,98
Proveitos reconhecidos no período	(1.268.308,91)	(955.686,14)
Saldo final de subsídios a reconhecer	**23.602.905,36**	**23.271.214,27**

As adições do período correspondem quer a i) subsídios recebidos e a receber e ii) menos valor reconhecido decorrente da provisão para encargos com rendas do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, de acordo com a seguinte decomposição:

	2010	2009
PIDDAC:		
Projecto "Novos Ferries"	1.100.000,00	4.000.000,00
Projecto "Beneficiações Terminal Cacilhas"		162.499,50
Novo Terminal Cais do Sodré	500.000,00	925.000,00
FEDER/ ML:		
Terminal Cais do Sodré - *Prolongamento*		1.082.306,54
Terminal Cais do Sodré - reversão de rendas		4.667.803,94
	1.600.000,00	**10.837.609,98**

Em 2010, a Transtejo reconheceu 1.268.308,91€ (em 2009: 955.686,14€) de amortização na Demonstração do rendimento integral, na rubrica de "Amortizações de subsídios ao investimento".

28 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe da rubrica de Fornecedores é como segue:

Descrição		2010	2009
Fornecedores - Grupo		-	-
Fornecedores - Terceiros	i)	2.517.659,41	1.789.144,40
Total saldo fornecedores - correntes		**2.517.659,41**	**1.789.144,40**

i) Fornecedores – Terceiros: os saldos mais significativos à data de Balanço por entidade são como segue:

Descrição entidade	2010	2009
Petrogal	430.465,50	315.654,12
Cecílio e Carlos Sanfins	258.544,94	114.708,00
Arsenal do Alfeite	178.924,52	51.709,44
Securitas	144.106,61	76.188,12
Navyard	118.910,52	-
Seth	99.700,00	-
Nova	87.721,37	70.230,40
Gisparques	78.736,00	58.699,70
FBM	67.497,72	67.497,72
Navaltagus	63.639,83	24.661,16
Manutur	61.878,86	-
Administração Porto Lisboa	41.345,89	189.147,21
Venamar	40.703,92	134.195,76
OTLIS	14.886,02	62.271,69
Outras entidades	830.597,71	624.181,08
Total fornecedores terceiros	**2.517.659,41**	**1.789.144,40**

Os valores em aberto resultam de aquisições de combustíveis e lubrificantes para a frota náutica, serviços de limpeza e segurança privada das instalações e embarcações da frota, assim como outras aquisições de serviços. Todos estes saldos são exigíveis no curto-prazo.

29 Outras contas a pagar corrente

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

		2010			2009		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos							
Imposto s/ rendimento - IRS	i)	70.046,46	-	70.046,46	65.663,11	-	65.663,11
Contribuições p/ segurança social	i)	164.682,70	-	164.682,70	168.733,24	-	168.733,24
Outros	i)	61,80	-	61,80	470,80	-	470,80
Fornecedores investimentos							
Fornecedores gerais	ii)	534.574,91	12.502.601,63	13.037.176,54	6.824.928,70	13.002.601,63	19.827.530,33
Outros credores							
Credores diversos	iii)	2.008.687,69	-	2.008.687,69	1.247.285,60	-	1.247.285,60
Outras contas a pagar		**2.778.053,56**	**12.502.601,63**	**15.280.655,19**	**8.307.081,45**	**13.002.601,63**	**21.309.683,08**

i) **Estado e outros entes públicos** – verificar descritivo Nota 18 (Outras Contas a Receber);

ii) **Fornecedores de investimentos** – este saldo corresponde ao valor corrente a pagar à Metropolitano de Lisboa, por conta da transferência referente do Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra marítima, 500.000€ (em 2009: 1.500.000€). Em 2009, existiam 5.014.800€ a pagar à Navalria, por conta da execução do projecto de construção dos novos *ferryboats*;

iii) **Outros credores** – dos saldos acima classificados como Outros credores, os mais significativos referem-se a valores em aberto para com colaboradores, com a natureza de abonos variáveis de Dezembro a pagar em Janeiro, no valor de 265.512,37€ (em 2009: 258.176,24€), valores mensais de receitas dos programas de passes combinados a atribuir à Carris, no valor de 573.387,58€ (em 2009: 251.912€) e ao Metropolitano, no valor de 1.033.565,50€ (em 2009: 672.685,06€).

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

30 Outros passivos correntes

O detalhe de Outros passivos correntes à data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

		2010	2009
Prémios seguro a pagar	i)	31.045,94	52.758,91
Juros a pagar	ii)	1.086.354,31	1.044.082,59
Remunerações a pagar	iii)	807.390,04	871.732,92
Outros		96.989,39	70.011,85
Acréscimos de gastos		**2.021.779,68**	**2.038.586,27**
Subsídio ao investimento (Nota 27)	iv)	1.268.308,91	1.268.308,91
Antecipação de receita	v)	187.155,27	161.493,97
Licença de ocupação		12.247,87	16.884,54
Outros		8.949,22	8.249,54
Proveitos diferidos		**1.476.661,27**	**1.454.936,96**
Total		**3.498.440,95**	**3.493.523,23**

i) Prémios de seguro a pagar – respeita à especialização dos prémios de seguros de responsabilidade civil (definido em função do total de passageiros transportados nas carreiras náuticas da Transtejo);

ii) Juros a pagar – especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de *swap* e *collar* (meses de Agosto a Dezembro de 2010), cujo pagamento ocorrerá em 1 de Fevereiro de 2011. Em 2010 faziam ainda parte desta especialização juros a pagar à Metropolitano de Lisboa (encargos financeiros decorrentes da transferência do Terminal do Cais do Sodré, do período de 1 de Março de 2009 a 31 de Dezembro de 2010);

iii) Remunerações a pagar – especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, subsídio de férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídio de catamarã, prémio de assiduidade, entre outros);

31 Vendas e serviços prestados

O montante de Prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados individual, é detalhado como segue:

Descrição		2010	2009
Tráfego de passageiros			
Bilhetes	i)	2.040.314,66	2.199.315,85
Multimodais	ii)	2.669.673,20	2.741.469,51
Passes próprios	iii)	390.137,76	363.569,00
Combinados	iv)	1.065.021,92	1.066.051,59
Zapping	v)	477.917,79	423.152,09
Tráfego de veículos	vi)	82.964,17	68.270,28
Aluguer de embarcações	vii)	191.022,70	200.300,15
Serviço de turismo	viii)	344.345,26	283.271,91
Outros		(2.311,02)	(14.789,96)
Total prestações de serviços		**7.259.086,44**	**7.330.610,42**

O montante das prestações de serviços em 2010 é essencialmente explicado por:

i) Bilhetes: rendimentos de carregamentos de cartões Lisboa Viva (títulos de viagem regulares).

ii) Multimodais: rendimentos de passes de transporte que podem ser utilizados em diversos operadores de transporte público.

iii) Passes próprios: passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo.

iv) Combinados: sistema de combinação de passes para viagens entre diversos operadores de transportes públicos, que vai desde dois até quatro operadores.

v) Zapping: sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais recorrer à Transtejo, Carris e Metro mediante carregamento de valores em suporte 7 colinas.

vi) Tráfego de veículos: serviço de transporte de veículos em *ferryboats* entre as margens Norte e Sul do Tejo.
vii) Aluguer de embarcações: alugueres pontuais de embarcações a entidades terceiras.

viii) Serviço de turismo: rendimentos das carreiras turísticas da Transtejo que operam entre 1 de Abril e 31 de Outubro (Circuito dos Descobrimentos que parte do Cais do Sodré, e Circuito Lisboa Vista do Tejo).

O decréscimo registado no montante das prestações de serviços em 2010 é essencialmente explicado pela diminuição da venda de bilhetes e passes intermodais, não tendo o aumento da venda do zapping e de passes próprios compensado esses valores.

32 Subsídios à exploração

O detalhe dos subsídios à exploração é como segue:

Descrição	2010	2009
Indemnizações compensatórias	6.534.627,36	6.596.861,90
PAII	-	37.481,53
Sub_23 e 4_18	214.821,80	98.778,81
Total subsídios à exploração	**6.749.449,16**	**6.733.122,24**

O valor mais significativo registado na rubrica supra corresponde à indemnização compensatória paga pelo Estado Português, de acordo com as dotações contempladas e aprovadas em sede de Orçamento de Estado a favor de empresas que prestam serviços públicos (contrapartida das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas). As atribuições constam das Resoluções de Conselho de Ministros nrs. 96/2010 de 14 de Dezembro de 2010 e 114/2009 de 14 de Dezembro de 2009.

33 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

Descrição	2010	2009
Combustiveis	(2.773.201,90)	(2.195.469,32)
Consumo de lubrificantes	(190.801,00)	(180.120,37)
Materiais de consumo	(37.788,62)	-
Economato	(158.934,21)	(97.623,23)
Consumo de sobressalentes	(243.426,18)	(433.006,74)
Consumo mat. Reparações	(129.210,33)	(164.407,15)
Total	**(3.533.362,24)**	**(3.070.626,81)**

Os principais valores incluídos nesta rubrica correspondem aos consumos de combustível das embarcações nas travessias fluviais entre as margens norte e sul do rio Tejo. Dada a conjuntura internacional de instabilidade ao nível da consolidação de políticas energéticas, a variação de gastos registada deve-se ao aumento do valor dos combustíveis.

O apuramento das matérias consumidas nos períodos de 2010 e 2009 foi determinado como segue:

	2010	2009
Existências iniciais	1.187.243,03	1.228.765,59
Compras de materiais diversos	3.519.932,71	3.117.860,06
Regularização de existências	(8.890,47)	(2.921,87)
Existências finais	(1.164.923,03)	(1.187.243,03)
	3.533.362,24	**3.156.460,75**
Ajustamentos de reclassificação	-	(85.834,94)
Gastos do exercício	**3.533.362,24**	**3.070.625,81**

34 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2010	2009
Conservação e reparação	i)	(2.488.205,23)	(2.884.909,66)
Trabalhos especializados	ii)	(1.238.287,35)	(1.261.280,44)
Fretamento de navios	iii)	(986.598,83)	(1.135.333,70)
Seguros	iv)	(703.677,88)	(714.074,95)
Vigilância e Segurança	v)	(580.566,75)	(602.232,73)
Combustíveis	vi)	(757.682,25)	(526.707,85)
Limpeza, Higiene e conforto	vii)	(350.218,10)	(344.652,99)
Rendas e alugueres	viii)	(262.350,71)	(236.724,15)
Outros		(710.840,94)	(848.882,17)
Fornecimentos e serviços externos		**(8.078.428,04)**	**(8.554.798,64)**

i) Conservação e reparação: constitui a principal natureza de custos operacionais da Transtejo. Trata-se principalmente de gastos com reparações em doca seca dos navios da frota, no valor de 2.375.180€ (em 2009: 2.391.182€), como sejam revisões/assistências/manutenções/revisões, executados por uma entidade externa especializada. Tais trabalhos incluem manutenção de motores e sistema de propulsão, pintura, encanamentos, substituição de flutuadores;

ii) Trabalhos especializados: serviços de natureza diversa, dos quais se destaca o recurso a mão-de-obra externa para preenchimento de necessidades temporárias de recurso humanos (com maior relevância para as áreas operacionais.

iii) Fretamento de navios: encargos suportados pela Transtejo com os contratos de fretamento de três embarcações à Soflusa ("Cesário Verde", "Fantasia" e "Pedro Nunes"), e ainda os gastos suportados com serviços de gruas flutuantes e rebocamento;

iv) Seguros: esta rubrica inclui prémios de seguro de diversas modalidades, sendo que o prémio mais preponderante está relacionado com a cobertura de riscos de propriedade das 23 embarcações que compõem a frota da Transtejo;

v) Vigilância e segurança: encargos suportados pela Transtejo com os serviços de segurança prestados por entidades externas, quer nos terminais de embarque e desembarque, quer nas próprias embarcações que percorrem as cinco carreiras fluviais;

vi) Combustíveis: consumos de combustível das embarcações Soflusa que se encontram fretadas pela Transtejo. A variação deve-se ao aumento do valor dos combustíveis;

vii) Limpeza, Higiene e conforto: gastos do exercício associados à higienização das instalações e equipamentos Transtejo (embarcações), quer através da compra de artigos de limpeza, quer através dos trabalhos de limpeza realizados por entidade externa;

viii) Rendas e alugueres: esta rubrica refere-se aos custos suportados com o arrendamento temporário de uma doca e com a licença de uso de terraplenos no Cais do Sodré e Terreiro do Paço.

35 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2010, foram como segue:

	2010	2009
Remunerações		
Orgãos sociais	(241.430,62)	(258.761,29)
Pessoal	(6.493.820,09)	(6.423.047,98)
	(6.735.250,71)	**(6.681.809,27)**
Encargos sobre remunerações	(1.581.480,80)	(1.568.848,83)
Seguros acidentes de trabalho	(174.721,11)	(194.640,42)
Custos acção social	(27.127,31)	(41.173,86)
Outros gastos com pessoal	(1.027.539,19)	(991.393,24)
Sub-total	**(2.810.868,41)**	**(2.796.056,35)**
Gastos com o pessoal	**(9.546.119,12)**	**(9.477.865,62)**

O número médio de empregados da Transtejo em 2010 foi de 364 (2009:361)

36 Outros rendimentos e ganhos

O detalhe dos Outros proveitos e ganhos é como segue:

Descrição	2010	2009
Penalidades contratuais	2.786.000,00	-
Aluguer de equipamento	469.384,63	598.790,81
Cedências	33.266,91	34.592,11
Cartões para passes e outros	320.717,90	317.061,34
Outros	67.854,51	288.765,19
	3.677.223,95	**1.239.209,45**

Em substância a Transtejo beneficia de rendimentos significativos com o aluguer de instalações administrativas à subsidiária Soflusa e com a venda de cartões para passes. Menos significativos, mas ainda de realçar, refiram-se os rendimentos dos contratos de concessões dos espaços de restauração das embarcações, sub-concessões de instalações comerciais e concessões de parques de estacionamento.

As penalidades contratuais respeitam às penalizações debitadas ao armador responsável pela construção de duas novas embarcações (ver Nota 8) por atrasos verificados na entrega das referidas embarcações.

37 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2010 e 2009 é como segue:

		2010	2009
Custos financeiros			
Juros suportados	i)	(3.741.983,38)	(4.359.159,21)
Outros custos e perdas financeiras		(411.667,32)	(335.951,24)
		(4.153.650,70)	**(4.695.110,45)**
Proveitos financeiros			
Juros obtidos	ii)	345.092,86	762.131,08
Descontos pronto pagamento obtidos		70,00	3.648,51
Rendimentos participação capital		55.737,97	9.744,21
		400.900,83	**775.523,80**

i) **Juros suportados** – inclui (i) referentes a juros de empréstimos bancários correntes e utilização de contas correntes caucionadas, (ii) encargos com o empréstimo obrigacionista e (iii) referentes a juros a favor da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., contemplados no protocolo de transferência para a Empresa, das responsabilidades técnicas e financeiras decorrentes da execução do Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra marítima adjacente;

ii) **Juros obtidos** – referem-se essencialmente a: i) juros obtidos do empréstimo de tesouraria de corrente concedido à subsidiária Soflusa, e ii) ganhos com as operações de cobertura de taxas de juro referentes ao empréstimo obrigacionista de 55.000.000€.

38 Dividendos por acção

A Transtejo não pagou dividendos durante os exercícios de 2010 e 2009, uma vez que reportou nos dois exercícios prejuízos na ordem dos 12.509.259,55€ e 17.022.058,10€, respectivamente.

39 Contingências

Garantias

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a empresa havia solicitado a emissão de garantias, como segue:

Beneficiário	Natureza	Banco	2010	2009
APL - Administração do Porto de Lisboa	Doca Jardim do Tabaco	BPI	688,34	688,34
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Cartão Galp Frota	BPI	2.493,99	2.493,99
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Terminal Fluvial Barreiro	BPI	4.643,00	-
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Terminal Sul e Sueste - Lisboa	BPI	2.173,00	-
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Terminal Fluvial Montijo - Seixalinho	BPI	7.639,56	7.639,56
SLE - Electricidade do Sul, S.A.	Terminal Fluvial Seixal	BPI	5.450,86	5.450,86
			23.088,75	**16.272,75**

40 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010, a Transtejo é controlada pela Direcção Geral de Finanças e do Tesouro a 100%, sendo esta entidade o último accionista da Transtejo.

40.1. Remunerações dos Orgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Transtejo foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os elementos "chave" da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as remunerações auferidas pelos Orgãos Sociais da Transtejo ascenderam a 270.720,59 euros (2009: 285.461,29€)

	2010	2009
Conselho de Administração	205.145,29	223.386,65
Assembleia Geral	1.797,36	-
Orgão de Fiscalização		
Conselho Fiscal	37.077,94	35.374,64
Revisor Oficial de Contas	26.700,00	26.700,00
	270.720,59	**285.461,29**

Os honorários do Revisor Oficial de Contas estão contabilizados em "Fornecimentos e Serviços Externos – Trabalhos Especializados".

A estrutura de fiscalização da sociedade foi alterada a partir de Julho de 2008, por força da alínea a) do nº2 do art.º 413º do Código das Sociedades Comerciais, adoptando a modalidade prevista na alínea b) do nº 1 do mesmo artigo.

Individualmente as remunerações principais e acessórias auferidas pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Remunerações principais e acessórias auferidas pelos membros dos Órgãos de Direcção
(Divulgação nos termos do nº 9 da RCM nº 155/2005 de 8 de Setembro)

Membros dos Orgãos de Direcção		Remuneração Fixa	Outras Remunerações	Planos de Pensões/ Saúde
Engº João António da Silva Pintassilgo	i)	76.536,73	1.875,65	4.931,50
Dra. Maria Elisa Silva Saloio		63.542,26	1.883,18	-
Dr. Isidro Durão Heitor		63.542,26	2.202,67	-
Total		**203.621,25**	**5.961,50**	**4.931,50**
Total global	ii)			**214.514,25**

i) O vencimento do Engº Pintassilgo é pago directamente pela Transtejo, de acordo com os valores que auferia na EDP, sendo que o valor do plano de pensões apresentado é auferido de acordo com a sua relação de trabalho com a EDP, debitado posteriormente à Transtejo (uma vez que esta não possui Plano de Pensões interno de qualquer espécie);

ii) A diferença de 9.368,96€ para com o valor indicado na linha "Conselho de Administração" do quadro acima respeita ao ajustamento da estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias.

40.2. Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionista:
Direcção Geral de Finanças e do Tesouro

Subsidiária:
Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

Empreendimentos Conjuntos:
Ambelis, S.A.
Otlis, S.A.

(b) transacções e saldos pendentes

i) Accionista e as suas partes relacionadas:

Durante o exercício, a Transtejo efectuou as seguintes transacções com a sua Accionista e as suas partes relacionadas (SEE), apresentando os seguintes saldos à data do relato financeiro:

	2010				2009			
	Transacções		Saldos		Transacções		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Direcção Geral do Tesouro	111.528,00	6.749.449,16	199.867,74	-	111.528,00	6.733.123,00	64.419,00	-
APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.	-	121.156,59	-	41.345,89	-	270.454,96	-	189.147,21
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	52.070,43	804.395,16	47.390,33	579.075,72	235.701,34	1.633.931,83	-	266.649,56
CP - Comboios de Portugal EPE	10.526,65	406.425,91	53.955,37	15.981,50	548.777,52	461.685,94	4.361,02	
Metropolitano de Lisboa, EPE	74.496,91	191.614,18	1.034.706,16	14.078.176,60	13.635,26	14.990.614,50	1.024.179,51	15.290.043,80
	248.621,99	**8.273.041,00**	**1.335.919,60**	**14.714.579,71**	**909.642,12**	**24.089.810,23**	**1.092.959,53**	**15.745.840,57**

ii) Subsidiária:

Durante o exercício, a Transtejo efectuou as seguintes transacções com a sua subsidiária Soflusa:

	2010				2009			
	Transacções		Saldos		Transacções		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Soflusa - Sociedade fluvial de transportes, SA	985.500,00	(358.251,24)	11.977.756,80	-	985.500,00	(449.116,00)	10.670.834,00	-
	985.500,00	**(358.251,24)**	**11.977.756,80**	**-**	**985.500,00**	**(449.116,00)**	**10.670.834,00**	**-**

As transacções a débito realizadas em 2010 e 2009 referem-se aos custos de fretamento previstos nos contratos de "Fretamento em casco nu", celebrados a 23 de Fevereiro de 2005, para as embarcações "Cesário Verde", "Pedro Nunes" e "Fantasia".

As transacções a crédito referem-se a:

a) juros obtidos respeitantes à remuneração do empréstimo de tesouraria corrente concedido à Soflusa, o qual ascendia a 11.977.756,80€ 31 de Dezembro de 2010 (31.12.09: 10.670.834€).
b) rendas debitadas em função da utilização e ocupação das instalações administrativas no edifício sede da Empresa (Terminal Fluvial do Cais do Sodré).

iii) Empreendimentos conjuntos:

Durante o exercício, a Transtejo efectuou as seguintes transacções com os seus empreendimentos conjuntos:

	2010				2009			
	Transacções		Saldos		Transacções		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
OTLIS, ACE	-	55.737,97	23.900,51	(14.886,02)	-	9.744,21	3.299,00	(62.272,00)
	-	**55.737,97**	**23.900,51**	**(14.886,02)**	**-**	**9.744,21**	**3.299,00**	**(62.272,00)**

41 Eventos subsequentes

Encontra-se em apreciação pela Tutela a proposta de fusão por incorporação da Soflusa na sua Accionista Única, Transtejo, prevendo-se a extinção desta primeira, sendo as operações, custos de estrutura, património, etc, da primeira assumido pela Accionista Única.

Até à data de aprovação das contas do exercício de 2010 (13 de Maio de 2011) ainda não havia sido proferida qualquer decisão que determine a futura forma e natureza jurídica da sociedade.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente

Maria Elisa Silva Saloio
Vogal

Isidro Durão Heitor
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas

TRANSTEJO

DOCUMENTOS DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

- **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**
- **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

» INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Transtejo – Transportes Tejo, S.A,** as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 58.455.456 euros e um total de capital próprio negativo de 109.073.716 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 12.509.260 euros), a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

2. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas pela primeira vez em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, conforme descrito na Nota 3 do Anexo.

3. A Transtejo – Transportes Tejo, S.A. preparou igualmente, nos termos da legislação aplicável, demonstrações financeiras consolidadas, aplicando o referido normativo contabilístico, para aprovação e publicação em separado, pelo que as demonstrações referidas no ponto 1 acima constituem demonstrações financeiras separadas da Empresa em resultado da aplicação da IAS27 - 'Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

» RESPONSABILIDADES

4. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa, que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

5. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

» ÂMBITO

6. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

7. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

8. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

» OPINIÃO

9. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Transtejo – Transportes Tejo, S.A**, em 31 de Dezembro de 2010, os resultados das suas operações, as alterações no capital próprio, os fluxos de caixa e as notas anexas, no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

» RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

» ÊNFASES

11. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para os factos seguintes:
    a) Na certificação legal das contas do exercício anterior constava uma reserva devido à insuficiente identificação da natureza das grandes reparações e beneficiações dos bens do activo imobilizado (navios) efectuadas no passado, no montante líquido de 802 mil euros, cuja situação foi regularizada em 2010 por contrapartida de Resultados transitados, conforme nota 3.3 do Anexo;
    b) A Transtejo – Transportes Tejo, SA apresenta, em 31/12/2010, uma situação de perda total do seu capital, agravando o capital próprio, negativo, para o valor acima referido, e o total de financiamentos obtidos para cerca de 103 milhões de euros, cuja continuidade, neste contexto, depende de futuros subsídios e dos apoios do accionista único - Estado;
    c) No âmbito das medidas de consolidação e controlo orçamental, que integram a estratégia de correcção estrutural do défice e da dívida pública, está prevista no quadro anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº. 101-A/2010, de 27/12, a fusão por acto legislativo (decreto-lei), durante o primeiro semestre de 2011, ainda não concretizada, entre a Transtejo e a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, SA, cujo capital é totalmente detido pela Transtejo.

Lisboa, 06 de Junho de 2011

Barbas, Martins, Mendonça & Associados, S.R.O.C., Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 100
(Inscrição C.M.V.M. nº 8968)
Representada por:

Issuf Ahmad, ROC nº 779

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Contas Separadas e Consolidadas da sociedade Transtejo – Transportes Tejo, SA (Exercício de 2010)

1. Introdução

De acordo com as disposições legais e estatutárias estabelecidas respectivamente nos artigos 420º e 452º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e no artigo 16º dos Estatutos da sociedade, o Conselho Fiscal (CF) apresenta o relatório anual da sua acção geral de fiscalização, o parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas separadas e consolidadas da Transtejo – Transportes Tejo, SA (Transtejo) elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adoptadas pela União Europeia e sobre a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração (CA) da Transtejo, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Na sequência das alterações estatutárias, aprovadas em Assembleia Geral, de 17.07.2008, a Transtejo adoptou um modelo de governo pelo qual a fiscalização ficou cometida a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou a uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro daquele órgão, conforme previsto na alínea b) do nº1, do artigo 413º do CSC.

Do presente documento consta igualmente a avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração e a apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor, considerando o disposto no ponto 17 dos Princípios de Bom Governo (PBG) das Empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº49/2007, de 28 de Março.

2. Síntese da Actividade Desenvolvida pelo Conselho Fiscal (CF)

No âmbito das competências atribuídas ao CF, nomeadamente nos termos estabelecidos no artigo 420º do CSC, aquele órgão desenvolveu a sua actividade através da verificação da observância da lei e dos estatutos da Sociedade, tendo acompanhado a gestão da empresa mediante a análise das actas das reuniões do CA, da informação financeira, dos esclarecimentos prestados pelo CA e Serviços da Transtejo e, ainda, das reuniões regulares com o ROC. O CF participou, igualmente, nas reuniões do CA, de 13.05.2011 e de 02.06.2011, no âmbito das quais se apreciaram, respectivamente, as contas separadas e consolidadas do exercício de 2010.

O trabalho desenvolvido no último ano encontra-se descrito pormenorizadamente nas actas do CF, tendo sido focada especial atenção ao cumprimento de obrigações decorrentes do quadro legal aplicável às empresas do SEE, designadamente das que decorrem do esforço de consolidação das finanças públicas, ao regime aplicado à realização de despesas públicas com a aquisição de bens e serviços regulado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Público e às recomendações do Estado, na qualidade de accionista único, transmitidas em Assembleia Geral de 28.10.2010.

No âmbito das suas atribuições o CF emitiu parecer sobre:

a) Relatório trimestral de execução orçamental reportado a 30.09.2010;
b) Plano de Actividades e Orçamento e Plano de Investimentos da Transtejo, SA para 2011.

Conselho Fiscal
Terminal Fluvial do Cais do Sodré
1249-249 Lisboa – NIPC 500 723 770
Reg. Nº 4371 – Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Capital Social: € 53.000.000

Telef: (+351) 210 422 421
Fax: (+351) 210 422 420
www.transtejo.pt

No âmbito das suas atribuições o CF com vista à emissão do presente parecer analisou ainda:

a) Relatório de gestão e contas de 2010, emitido pelo CA, constituído por relatórios e pelas Demonstrações financeiras separadas e consolidadas e respectivos anexos;
b) Proposta de aplicação de resultados do exercício findo em 31.12.2010, apresentada pelo Conselho de Administração;
c) Certificações legais das contas separadas e consolidadas apresentadas pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) relativas ao exercício de 2010, com as quais expressa o seu acordo;
d) Relatórios dos auditores externos, relativos às contas do exercício de 2010.

3. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas Separadas e Consolidadas

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) previstas no Regulamento (CE) nº1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho emitidas e em vigor à data de 31.12.2010, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho.

As contas separadas relativas ao exercício de 2009, foram reexpressas em IFRS, para efeitos de comparabilidade com o exercício de 2010.

Do Relatório de Gestão e Contas da Transtejo – Transportes Tejo, SA, parece-nos de salientar o seguinte:

3.1 Contas Separadas (Transtejo – Transportes Tejo, SA)

Do ponto de vista económico:

- Os Resultados operacionais apesar de continuarem negativos registam um desagravamento na ordem dos 33%, passando de -13 Milhões de euros (M€) em 2009 para -8,7 M€ em 2010, devido essencialmente à reclassificação de provisões constituídas para assunção de responsabilidades passadas, no valor de 3,6 M€[1], pela utilização do Terminal do Cais do Sodré, e a penalidades contratuais no valor de 2,78 M€, aplicadas à Navalria - Docas, Construções e Reparações Navais, SA (Navalria), por atrasos verificados na entrega de duas embarcações (vide ponto 4);
  As restantes rubricas que compõem os resultados operacionais não apresentam alterações significativas, à excepção dos Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, por efeito do aumento do preço dos combustíveis (gasóleo), na ordem dos 29%, face ao ano de 2009;
- O Resultado líquido do exercício ascendeu a -12,509 M€, registando-se uma melhoria de 4,512 M€ face ao exercício de 2009, ou seja, menos 26,5 % de prejuízo.

- do ponto de vista financeiro:

- O Total do Activo em 31/12/2010 sofreu um acréscimo de cerca de 2,7%, face ao ano anterior, essencialmente devido ao débito por aplicação de penalidade contratual à Navalria e ao aumento de empréstimos à Soflusa;
- O Capital Próprio, no final de 2010, ascendeu a cerca de -109 M€, representando uma evolução desfavorável, na ordem dos 13,6%, face a 2009, devido, em grande parte, à acumulação de prejuízos de anos anteriores, o que implica, ao abrigo do artigo nº 35º do CSC, a informação da situação ao accionista único, para que este tome as medidas julgadas convenientes;

[1] No âmbito do Protocolo celebrado em Setembro de 2009, com o Metropolitano de Lisboa, não resulta expressamente a obrigação de pagar as rendas passadas, constituindo o valor provisionado uma subsidiação dos activos fixos tangíveis, reconhecido em resultados, em função da vida útil estimada para o referido Terminal e obra marítima adjacente.

- O Passivo não Corrente ascendeu em 31/12/2010, a cerca de 110,6 M€, representando um acréscimo de 2,5% face ao ano transacto, evolução explicada pelo reforço de provisão, na ordem dos 2,3 M€, associada à responsabilidade assumida por conta do investimento financeiro na Soflusa e pela reclassificação da provisão constituída, por conta do valor estimado a pagar, por encargos passados, relativos a rendas devidas ao Metropolitano de Lisboa, pela utilização do Terminal do Cais do Sodré;
- O Passivo corrente registou um aumento de cerca de 11 M€ face ao ano anterior, devido ao aumento dos níveis de endividamento.

A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo CA, no sentido de aplicação integral dos Resultados Líquidos do exercício negativos, no valor de 12.509.259,55 euros, na conta de Resultados Transitados merece a concordância do CF, uma vez que se encontra de acordo com as disposições legais.

3.2 Contas Consolidadas (Transtejo e Soflusa)

- do ponto de vista económico:

- Os Resultados operacionais em 2010 ascenderam a cerca de -7,89 M€, representando uma evolução favorável face ao exercício de 2009, na ordem dos 36%, em resultado da aplicação das penalidades contratuais ao estaleiro Navalria, mantendo-se a restante estrutura de custos sem variações significativas, à excepção do Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, que regista um agravamento de cerca de 1,4 M€, devido ao aumento do preço do combustível, e no sentido inverso, verifica-se uma redução na rubrica Fornecimentos e serviços externos na ordem dos 3,8 M€, devido ao decréscimo verificado na Conservação e reparação da frota, em consequência dos ciclos de revisão programada;
- O Resultado líquido do exercício ascendeu a cerca de -12,5 M€, registando-se uma melhoria de quase 4,5 M€ face ao ano transacto, ou seja, uma redução, no exercício de 2010, de cerca de 26,3 % de prejuízos.

- do ponto de vista financeiro :

- O total do Activo no final de 2010 manteve-se praticamente inalterado, face ao ano anterior, sofrendo uma redução de apenas 1%, enquanto o Passivo total cresceu cerca de 6,5%, o que equivale a cerca de 12M€;
- O Capital próprio do exercício de 31/12/2010 correspondeu a -109,073 M€, por conta de prejuízos acumulados, os quais ascendem neste ano a 145 M€, colocando o Grupo na situação prevista no artigo 35º do CSC, por estar perdido mais de metade do capital social, devendo informar da situação ao accionista único para que este tome as medidas julgadas convenientes, de forma a sanear o referido desequilíbrio, garantir liquidez e viabilização económico-financeira;
- O Passivo não corrente, de cerca de 116,2 M€, registou uma redução, face a 2009, em termos relativos na ordem dos 4,3% e em termos absolutos de cerca de 5,2 M€, devido à redução em igual valor de subsídios ao investimento;
- O Passivo corrente registou um agravamento na ordem dos 17 M€, na sequência de um maior recurso a financiamento bancário para suportar défices contínuos de tesouraria.

O Grupo evidencia um acentuado desequilíbrio estrutural caracterizado por uma situação contínua de excessiva dependência financeira, verificando-se que a evolução favorável, em 2010, da situação económica e financeira se deve a factores alheios à própria actividade do Grupo, relacionados com a reclassificação de provisões e aplicação de penalidades ao estaleiro Navalria[2], e ainda inerentes à própria actividade decorrentes da redução dos gastos de exploração, por via dos ciclos de manutenção.

[2] Situação provisória dependente de decisão do Tribunal Arbitral.

4. Investimentos

No ano de 2010, por opção de adiamento da renovação da frota de cacilheiros, face ao elevado endividamento do Grupo e não concretização com o aval do Estado de um novo empréstimo obrigacionista (de 50M€), as despesas de investimento concentraram-se na concretização de compromissos assumidos com a aquisição dos dois novos ferries que representaram cerca de 90% (2,9 M€) do total de investimento (3,2 M€).

Este investimento, no valor global de 14 M€, foi financiado, até ao final de 2010, em 8,3M€ por recurso a apoios financeiros do Estado, através de subsídios ao investimento atribuídos no âmbito do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) e por 3M€ através de endividamento, prevendo-se em 2011, uma despesa de aproximadamente 3,2M€, não comparticipada pelo PIDDAC.

Por motivo de atraso imputável ao estaleiro na construção das embarcações, o primeiro navio foi recepcionado em Outubro de 2010 e o segundo em Março de 2011, ao invés de Novembro de 2009 e Fevereiro de 2010, respectivamente, conforme previsto contratualmente com a Navalria.

Face aos atrasos verificados na entrega dos ferries, o CA da Transtejo deliberou diferir a cobrança de notas de débito pelo valor global de 2,786 M€, por encontro de contas com facturas futuras. Uma vez que o estaleiro discordou deste procedimento, recorreu ao Tribunal Arbitral, onde corre processo no sentido de condenar a Transtejo à regularização das facturas naquele montante.

O CF entende que a decisão de diferir as notas de débito em vez de aplicar as multas no prazo contratualmente previsto não beneficiou a Transtejo.

Durante o exercício de 2010, foram ainda beneficiados os Terminais de Cacilhas e Porto Brandão, através da remodelação e cravação de estacas de fixação de pontões, no valor global de 287 m€.

5. Cumprimento das recomendações apresentadas pelo accionista na Assembleia Geral realizada em 28.10.2010

5.1 *"Reformulação do teor do Protocolo celebrado entre a Metropolitano de Lisboa (ML) e a Transtejo (TT) em Setembro de 2009, devendo ser posteriormente submetido à consideração do accionista Estado um novo projecto do mesmo".*

De acordo com informação prestada na reunião com o CA em 13.05.2011 já se encontra em estudo a reformulação do Protocolo.

5.2 *"Reestruturação da estrutura de custos, adoptando medidas de contenção dos mesmos".*

Considerando a data da recomendação apresentada pelo accionista não é possível aferir em 31.12.2010 se houve ou não lugar a uma reestruturação de custos. No entanto, verificamos que no âmbito do Plano de Actividades e Orçamento e Plano de Investimentos para 2011 apresentado pelo CA em 22.02.2011 encontram-se previstas as seguintes medidas de contenção de custos:

a) A nível da política salarial - Aplicação da norma de redução remuneratória prevista no artigo 19º, da Lei OE 2011 e Revisão e redução da atribuição de IHT aos colaboradores;
b) A nível da gestão/reorganização empresarial - Redução do número de chefias e estruturas de direcção e ajustamentos do número de efectivos, decorrente da reorganização da

estrutura interna, da implementação de medidas de racionalização da oferta, da reorganização dos serviços administrativos através da consolidação de uma nova de Plataforma Tecnológica de Sistemas de Informação;

c) A nível de outros custos operacionais - Redução de Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos relacionados com a conservação e manutenção da frota e prestação de serviços especializados.

5.3 *"Promoção do equilíbrio entre as maturidades dos empréstimos obtidos e das responsabilidades por eles cobertas"*

A reestruturação da dívida de curto prazo, de forma a promover o equilíbrio entre as maturidades dos empréstimos obtidos e as responsabilidades por eles cobertas, só será possível se for obtido o empréstimo obrigacionista com o aval do Estado, atendendo à elevada dependência financeira do Grupo.

5.4 "Cumprimento integral das obrigações constantes da RCM n.º 49/2007, de 28 de Março"

Assunto evidenciado no ponto 6.2, do presente Documento.

5.5 *"Cumprimento do objectivo estabelecido na RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, no que respeita ao Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores"*

Assunto evidenciado no ponto 6.4, do presente Documento.

6. Cumprimento de obrigações legais

No quadro seguinte evidenciam-se as disposições legais a que a empresa deve obedecer, bem como a avaliação do cumprimento das mesmas.

Disposições legais/Despachos/Instruções		Assunto	Cumprimento	Observações
6.1	Artigo 13.º, 13.º- A e 13.º- B do Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro - Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado. Despacho do Ministro de Estado e das Finanças nº14227/2008, de 14 de Maio.	Deveres especias de informação (DB) e controlo	N	Não foi publicado aviso na 2.ª série do Diário da República. Não foram apresentados Relatórios trimestrais de execução orçamental do 1.º, 2.º e 4.º trimestres de 2010 No Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) a empresa não carregou: a) Os documentos em PDF (Relatórios de Gestão e Contas, Planos de Actividades e Orçamentos, Planos de Investimento, as actas da Assembleia Geral); b) as remunerações auferidas pelos órgãos sociais da Transtejo.
	Artigo 245.º-A do Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro - Código dos Valores Mobiliários	Informação anual sobre o governo das sociedades	N	No relatório e contas não consta informação detalhada sobre a estrutura de capital e os sistemas de controlo interno e de risco de gestão implementados na sociedade
6.2	Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março	Princípios de Bom Governo:		
		A - Missão, objectivos e princípios gerais de actuação	S	
		B - Estruturas de administração e fiscalização	S	Ver ponto 8
		C - Remunerações e outros direitos	S	
		D - Prevenção de conflitos de interesses	S	
		E - Divulgação de informação relevante no SITE da Empresa, no SITE do SEE, no Relatório e	S	Ver anexo
		F - Ajustamento à dimensão e à especificidade de cada empresa	NA	
6.3	Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.	Código dos Contratos Públicos (CCP)	S	
	Despacho nº 438/10-SETF, de 10 de Maio	Normas de contratação pública	N	No relatório e contas não consta o modo como foram aplicadas as normas de contratação publica.
6.4	Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de Fevereiro	Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (PMP)	N	Aumentou de 47 dias em 31.12.2009 para 77 dias em 31.12.2010
6.5	Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de Janeiro	Gestão do risco financeiro	S	
6.6	Artº 396º e Artº 418-A, do CSC. Despacho n.º 960/09-SETF, de 24 de Setembro	Caução/Seguro Responsabilidade Civil - CA e CF.	S	
6.7	Ofício n.º 1730, de 25 de Fevereiro de 2010	Política salarial orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas (EP)	N	A massa salarial do Grupo cresceu 122 milhares de euros (1,1%) que, de acordo com o CA, se deve à dinâmica do estatuto laboral não tendo havido contudo revisão das tabelas salariais.
6.8	Artigo 29.º da Lei n.º 55-A/2008, de 31 de Dezembro (OE 2011). Despacho do Ministro de Estado e das Finanças de 25.03.2010.	Atribuição de prémios de gestão	S	
6.9	Resolução da Assembleia da República n.º 29/2010, de 12 de Abril.	Medidas do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC):		
		A - Racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços	N	No relatório e contas não consta o modo como foram implementadas as referidas medidas.
		B - Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	S	
	Despacho nº 510/10-SETF, de 1 de Junho Despacho 02.12/10 SET, de 9 de Dezembro.	C- Limites de endividamento	N	Passivo remunerado do Grupo cresceu 17,4%. Aguarda-se autorização do SETF relativamente ao Despacho do SET de concordância com o nível de endividamento.
6.10	Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho	Medidas adicionais de consolidação orçamental:		
		A - Redução a título excepcional em 5% da remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos	S	
		B- Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	S	

7. Avaliação do Desempenho Individual

Nos termos do nº17 da RCM nº 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os Princípios do Bom Governo (PGB), para as empresas pertencentes ao SEE, o CF deve emitir anualmente um Relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como apreciar a aplicação dos PBG.

De acordo com o artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, a avaliação do desempenho individual dos gestores executivos deve ser determinada em função do cumprimento dos objectivos e das metas quantificáveis, estabelecidos por um contrato de gestão, para cada um dos membros do CA.

Nos contratos de gestão celebrados em 02.06.2009 entre o Estado e cada um dos membros do CA foram fixadas orientações estratégicas, consubstanciadas na missão da Transtejo e na política geral de transportes do Estado, bem como o dever de adopção dos PBG previstos na RCM n.º 49/2007, de 28 de Março, enunciados no ponto 6.2, do presente Documento e estabelecidos indicadores e metas quantificadas para 2010 que de seguida se analisam.

No caso em apreço, a avaliação do desempenho apenas poderá ser elaborada em termos globais, através da actividade exercida e vertida no Relatório de Gestão e Contas de 2010, uma vez que as deliberações do CA são tomadas em conjunto e que nos contratos de gestão os indicadores e as metas quantificadas para 2010 não foram determinados de forma distinta para cada um dos membros do CA.

Face aos objectivos fixados, os membros do CA procuraram cumprir as metas fixadas para 2010. No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento de cada um dos objectivos, bem como o grau global de cumprimento ponderado:

Indicadores	2010		Grau de cumprimento	Peso %	Grau de cumprimento ponderado
	Objectivo	Executado			
Consumo de combustível por LKO (litros)	0,025	0,0252	99,07%	10%	9,91%
Custos de Manutenção por LKO (€)	0,018 €	0,008 €	158,15%	10%	15,82%
Taxa de cobertura dos custos operacionais	38%	53%	128,97%	12%	15,48%
Custos operacionais por passageiro transportado	1,50 €	1,433 €	104,44%	10%	10,44%
Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores	45	77	28,89%	5%	1,44%
Emissões de CO2 por LKO	0,067	0,063	105,85%	10%	10,58%
Margem do EBITDA	-62%	-20,28%	167,29%	11%	18,40%
Custos Pessoal Tripulante/Total custos pessoal	50%	47,40%	94,52%	12%	11,34%
Grau de cumprimento do Plano de Investimentos	85%	34,65%	40,77%	5%	2,04%
Índice de qualidade da oferta:	100%			15%	15,85%
N.º Reclamações por mil PT	3,00%	2,89%	103,73%	40%	41,49%
Regularidade	99,70%	99,23%	99,53%	40%	39,81%
N.º Acidentes com passageiros por mil PT	0,0017	0,0013	121,65%	20%	24,33%
				100%	111,30%

No relatório de gestão e contas consolidadas apresentado pelo CA, consta a informação necessária à elaboração dos indicadores acima calculados, à excepção dos saldos médios de pagamentos, emissões de CO2, Custos com pessoal tripulante, Despesas de investimento planeadas e número de viagens planeadas, tendo sido obtida a respectiva informação junto da empresa.

À excepção das metas de redução do prazo médio de pagamento a fornecedores, relação custos com pessoal tripulante face ao total de custos com pessoal e grau de cumprimento do Plano de Investimentos, os restantes objectivos fixados para 2010 foram cumpridos, aproximando-se os indicadores do consumo de combustível e da regularidade de oferta dos objectivos definidos. Assim, regista-se um grau global de cumprimento dos objectivos, na ordem dos 111,30%, superior ao registado no ano anterior, 107,70%, conforme se pode observar no quadro acima, demonstrativo do grau de execução de cada objectivo.

A meta de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores ficou muito aquém da estabelecida, em cerca 29%. Segundo explicação da empresa, o desvio em relação ao planeado deve-se a alterações dos procedimentos contabilísticos relacionados com débitos cruzados com o ML decorrente de obras no Terreiro do Paço[3] e consequente encerramento do Terminal principal da Transtejo e das ligações Cacilhas/Terreiro do Paço.

A relação dos custos com o pessoal tripulante com o total dos custos com o pessoal também se revelou insatisfatória, registando-se uma taxa de cumprimento de cerca de 94,52%.

O grau de cumprimento do Plano de investimentos foi igualmente muito reduzido, face à opção pelo adiamento na renovação de cacilheiros, justificada pela dificuldade na obtenção de financiamento bancário e pelos limites de endividamento impostos pelo seu accionista.

As taxas mais elevadas de grau de cumprimento decorrem fundamentalmente da melhoria da eficiência e da rendibilidade, por efeito da sobredita redução de custos operacionais (vidé ponto 3).

Sublinhamos a preocupação do CA pela segurança e ambiente, no âmbito da qual foi dada continuidade ao processo de implementação do Sistema de Gestão Ambiental, iniciado em 2009, com a publicação da Declaração da Política Ambiental do Grupo e a aprovação do Manual de Gestão Ambiental, bem como a adopção de procedimentos para registo e avaliação de acidentes.

No plano de organização interna encetaram-se medidas de optimização da estrutura organizacional, através da concentração das áreas de manutenção das duas empresas, criados, o Gabinete de Recursos Materiais para assegurar a aquisição de bens e serviços para o Grupo e, a actividade de Auditoria Interna.

8. Estruturas de administração e fiscalização

As estruturas de administração e fiscalização encontram-se definidas nos Estatutos da Transtejo e abrangem o CA, o CF e um ROC. Os primeiros são compostos por três membros, competindo ao CA as funções executivas e ao CF e ROC as funções de fiscalização, verificando-se, assim, a segregação de funções.

O CA e o CF foram eleitos em Assembleia Geral realizada em 17.07.2008 para o mandato 2008-2010 e o ROC foi nomeado por Deliberação Social Unânime por Escrito de 29.08.2008 para o mesmo mandato. A rotação e limitação de mandatos dos membros do conselho de fiscalização, prevista no ponto n.º 20 da RCM n.º 49/2007, de 28.03, ainda não são aplicáveis, considerando que é o primeiro mandato do Conselho Fiscal e do ROC.

[3] As obras que a Transtejo se refere decorreram de rotura de água durante a construção pelo ML do túnel de prolongamento da linha azul (ligação da Baixa-Chiado a Santa Apolónia), cujo início se reportou a Dezembro de 2001.

9. Declaração

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 420º, do CSC, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, cada um dos membros do Conselho Fiscal da Transtejo - Transportes Tejo, SA, abaixo identificados nominalmente, declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, actuando na qualidade e no âmbito das funções que lhe estão atribuídas e com base na informação que lhe foi disponibilizada, a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º, do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Transtejo – Transportes Tejo, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão relativo ao exercício de 2010 expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Transtejo e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

10. Conclusão

Face ao exposto, e considerando os elementos disponibilizados e o teor das Certificações Legais das Contas separadas e consolidadas, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, é de parecer que:

- sejam aprovados os relatórios de gestão e contas separadas e consolidadas do exercício de 2010, os quais integram as respectivas Demonstrações reportadas ao exercício de 2010 e respectivos anexos;
- sejam reiteradas as ênfases assinaladas nas Certificações Legais das Contas separadas e consolidadas emitidas pelo ROC, relativamente ao facto da Transtejo e da Soflusa se encontrarem na situação prevista no artigo 35º do CSC, com perda total dos seus capitais próprios e da não concretização, até à data, da fusão entre as duas empresas, a ocorrer no primeiro semestre de 2011, conforme previsto no quadro anexo à Resolução do Conselho de ministros nº101-A/2010, de 27 de Fevereiro;
- seja aprovada a proposta de aplicação integral dos Resultados Líquidos do exercício negativos, no valor de 12.509.259,55 euros, na conta de Resultados Transitados.

Por último o Conselho Fiscal manifesta apreço pela colaboração que lhe foi dispensada pelo Conselho de Administração, Serviços da Transtejo e Revisor Oficial de Contas.

Lisboa, em 06 de Junho de 2011.

O Conselho Fiscal

Maria Teresa Figueiredo Ferreira Alves Carvalho

(Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho, Presidente)

Alexandra Maria Brito Carvalho

(Alexandra Maria Brito Carvalho, Vogal)

Carlos Lipari Garcia Pinto

(Carlos Lipari Garcia Pinto, Vogal)

Anexo

6.2 alínea E

PBG	SITE da Empresa	SITE do SEE	R&C
Missão	S	S	S
Objectivos	S (1)	S	S
Políticas	S (1)	S	S
Regulamentos internos e externos	S (1)	S	S
Informação sobre transacções relevantes	S (1)	S	S
Outras transacções	S (1)	S	S
Identificação dos Órgãos Sociais	S	S	S
Estatuto remuneratório fixado	S (1)	S	S
Remuneração dos Órgãos Sociais	S (1)	S	S
Identificação áreas de responsabilidade CA	S (1)	S	S
Competências da Assembleia Geral	S (1)	S	S
Análise da sustentabilidade:			
- domínio económico	S (1)	S	S (2)
- domínio social	S (1)	S	S (2)
- domínio ambiental	S (1)	S	S (2)
Avaliação cumprimento dos PBG	S (1)	S	S
Código de Ética	S	S	S
Sistema de controlo interno	-	-	S (3)
Prevenção de conflitos de interesse	-	-	S
Gestão do risco financeiro	-	-	S
Informação financeira	S	S	-
Apoios financeiros concedidos pelo Estado	S (1)	S	-
Estatutos	S (1)	S	-
História	S	-	-
Organigrama	S	-	-
Notícias	S	-	-
Estrutura accionista	S (1)	S	-
Estrutura jurídica	S	-	-
Provedor de cliente	-	-	-
Obrigações de serviço público	S (1)	S	-
Termos contratuais da prestação de serviço	S (1)	S	-
Modelo de financiamento	S (1)	S	-

Observações

(1) - Informação disponibilizada através de link para SITE do SEE

(2) - Informação muito sucinta

(3) - Não indica os sistemas existentes